

OEC S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

OEC S.A.

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balancos patrimoniais consolidados

Demonstrações do resultado consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
OEC S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da OEC S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da OEC S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou passivo circulante consolidado superior ao ativo circulante consolidado, em R\$ 4.474.284 e patrimônio líquido consolidado negativo em R\$ 16.790.099. Para garantir a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da OEC S.A., em dezembro de 2022, o Plano de Ação ("PA"), para os próximos cinco anos, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1 (a). As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se as demonstrações contábeis tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, datado de 29 de abril de 2022, contendo ressalva sobre as incertezas decorrentes de acordos de leniência com autoridades no Brasil e no exterior e parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional de mesmo teor do descrito acima.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2023.

OEC S.A. e suas controladas
 Balanço patrimonial consolidado
 Em milhares de reais

	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)		Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	433.800	791.495	Empréstimos e financiamentos	20 (a)	453.000	371.672
Contas a receber de clientes	7	1.502.035	1.607.275	Arrendamento	24	25.269	22.855
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	8	605.606	251.970	Fornecedores e subempreiteiros	21	4.231.897	4.204.902
Tributos a recuperar	9	519.648	466.527	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	22	852.316	917.374
Estoques	10	241.511	330.145	Adiantamentos recebidos de clientes	7	1.634.508	1.407.212
Contas correntes com consorciadas	11	454.451	458.243	Contas correntes com consorciadas	11	473.345	502.420
Despesas antecipadas		37.032	32.434	Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e acordos	23	467.804	748.029
Créditos a receber relativo a processo judicial	12		375.395	Outros passivos	25	662.521	801.580
Outros ativos	13	613.902	543.783				
		<u>4.407.985</u>	<u>4.857.267</u>			<u>8.800.660</u>	<u>8.976.044</u>
Ativos não circulante mantidos para venda	16 (a)	334.178	351.446	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	20 (a)	4.656.984	4.743.067
Aplicações financeiras		91.959	76.174	Arrendamento	24	120.873	93.666
Partes relacionadas	14 (a)	1.476.083	1.225.893	Fornecedores e subempreiteiros	21	50.374	49.690
Contas a receber de clientes	7	2.010.737	2.027.322	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	22	34.690	29.236
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 (a)	904.664	1.095.758	Adiantamentos recebidos de clientes	7	6.959.728	7.917.280
Tributos a recuperar	9	175.231	165.362	Partes relacionadas	14 (a)	1.612.656	1.603.961
Despesas antecipadas		8.500	10.705	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15 (a)	713.445	656.388
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros		21.250	29.145	Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e acordos	23	3.602.991	4.283.685
Depósitos judiciais		141.814	121.823	Provisão para passivo a descoberto de controladas	17 (b)	952.197	628.553
Outros ativos	13	436.905	549.239	Outros passivos	25	134.864	467.371
		<u>5.267.143</u>	<u>5.301.421</u>			<u>18.838.802</u>	<u>20.472.897</u>
Investimentos				Passivo a descoberto			
Sociedades coligadas	17 (b)	276.719	325.165	Capital social	26 (a)	448.900	448.900
Imobilizado	18	492.987	524.767	Transações de capital		13.366	13.365
Intangível		32.596	29.932	Ajuste de avaliação patrimonial	26 (b)	1.486.036	348.948
Direito de uso	19 (a)	37.755	33.115	Prejuízos acumulados		(18.658.503)	(18.732.621)
		<u>6.441.378</u>	<u>6.565.846</u>			<u>(16.710.201)</u>	<u>(17.921.408)</u>
Total do ativo		<u>10.849.363</u>	<u>11.423.113</u>	Participação dos não controladores		<u>(79.898)</u>	<u>(104.420)</u>
						<u>(16.790.099)</u>	<u>(18.025.828)</u>
				Total do passivo e do passivo a descoberto		<u>10.849.363</u>	<u>11.423.113</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

OEC S.A. e suas controladas
 Demonstração consolidada do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços e vendas	27	4.683.507	2.786.843
Custo dos serviços prestados	28	<u>(3.861.704)</u>	<u>(2.558.946)</u>
Lucro bruto		821.803	227.897
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas e com vendas	28	(1.372.405)	(1.030.420)
Outras receitas líquidas		<u>839.530</u>	<u>686.297</u>
Lucro (prejuízo) operacional		288.928	(116.226)
Resultado das participações societárias			
Equivalência patrimonial	17 (b)	(354.568)	(299.788)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	29	<u>(205.685)</u>	<u>(13.233.162)</u>
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda			
		(271.325)	(13.649.176)
Imposto de renda e contribuição social			
correntes	30	(113.031)	(51.301)
diferidos	30	<u>(264.761)</u>	<u>473.838</u>
Prejuízo das operações continuadas do exercício		<u>(649.117)</u>	<u>(13.226.639)</u>
Operações descontinuadas			
Lucro líquido das operações descontinuadas do exercício	16 (b)	<u>728.217</u>	<u>338.464</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>79.100</u>	<u>(12.888.175)</u>
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		74.118	(12.778.020)
Participação dos não controladores		<u>4.982</u>	<u>(110.155)</u>
		<u>79.100</u>	<u>(12.888.175)</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	26 (c)	<u>0,165</u>	<u>(28,465)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

OEC S.A. e suas controladas
 Demonstração consolidada dos resultados abrangentes
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		79.100	(12.888.175)
Outros resultados abrangentes:			
Itens que posteriormente transitarão pelo resultado:			
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas	26 (b)	197.531	51.256
Variação cambial de investidas no exterior	26 (b)	683.590	143.935
Variação cambial com investimentos líquidos no exterior	26 (b)	5.533	(64.130)
Itens que transitaram pelo resultado:			
Realização variação cambial com investimentos líquidos no exterior		250.434	
Total do resultado abrangente do exercício		<u>1.216.188</u>	<u>(12.757.114)</u>
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		1.211.206	(12.646.959)
Participação dos não controladores		4.982	(110.155)
		<u>1.216.188</u>	<u>(12.757.114)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

OEC S.A. e suas controladas
 Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atribuível aos acionistas da controladora							
Nota	Capital social	Transações de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do passivo a descoberto
Em 31 de dezembro de 2020	448.900		217.887	(5.954.601)	(5.287.814)	(131.032)	(5.418.846)
Total do resultado abrangente do exercício:							
Prejuízo do exercício - R\$ (28,465) por ação do capital social	26 (c)			(12.778.020)	(12.778.020)	(110.155)	(12.888.175)
Outros resultados abrangentes	26 (b)		131.061		131.061		131.061
Total do resultado abrangente do exercício			131.061	(12.778.020)	(12.646.959)	(110.155)	(12.757.114)
Transações de capital com os sócios:							
Outras movimentações de transações de capital		13.365			13.365		13.365
Outras movimentações de não controladores						136.767	136.767
Em 31 de dezembro de 2021	448.900	13.365	348.948	(18.732.621)	(17.921.408)	(104.420)	(18.025.828)

Atribuível aos acionistas da controladora							
Nota	Capital social	Transações de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do passivo a descoberto
Em 31 dezembro de 2021	448.900	13.365	348.948	(18.732.621)	(17.921.408)	(104.420)	(18.025.828)
Total do resultado abrangente do exercício:							
Lucro líquido do exercício - R\$ 0,165 por ação do capital social	26 (c)			74.118	74.118	4.982	79.100
Outros resultados abrangentes	26 (b)		1.137.088		1.137.088		1.137.088
Total do resultado abrangente do exercício			1.137.088	74.118	1.211.206	4.982	1.216.188
Transações de capital com os sócios:							
Outras movimentações de transações de capital		1			1		1
Outras movimentações de não controladores						19.540	19.540
Em 31 de dezembro de 2022	448.900	13.366	1.486.036	(18.658.503)	(16.710.201)	(79.898)	(16.790.099)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

OEC S.A. e suas controladas
 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas		456.892	(13.310.712)
Ajustes:			
Equivalência patrimonial	17 (b)	354.568	299.788
Variação na receita dos contratos de construção		(687.383)	(826.202)
Depreciação de imobilizado e amortização de intangível	28	57.353	64.522
Depreciação do direito de uso	19 (a) / 28	10.890	18.479
Perda com ativo imobilizado e gastos com projetos baixados		58.332	79.560
Ajuste a valor presente	29	(526.619)	(4.455.295)
Impairment sobre direito de uso, imobilizado e investimentos em coligadas	17 (b) / 19 (a)	10.682	31.159
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquido	28 / 29	306.482	20.294.001
Reversão da provisão para garantias	29		(3.972.036)
Provisão para contingências	28	31.698	159.718
Efeito no reconhecimento inicial dos Bonds	29		837.370
Juros, variações monetárias e cambiais e outros, líquidos		292.449	365.511
Caixa gerado (aplicado) nas operações		365.344	(414.137)
Variação nos ativos e passivos:			
Aplicações financeiras		(15.785)	18.443
Contas a receber de clientes		(70.212)	944.469
Estoques		77.573	121.985
Tributos a recuperar		(74.563)	(87.702)
Despesas pagas antecipadamente, adiantamento a fornecedores, subempreiteiros e outros ativos		(38.857)	(300.829)
Fornecedores e subempreiteiros		142.141	(320.829)
Adiantamentos recebidos de clientes		(136.605)	555.790
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais		(148.122)	122.279
Outros passivos		(479.958)	(439.111)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais das operações continuadas		(379.044)	200.358
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações descontinuadas		(9.038)	(12.762)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(388.082)	187.596
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao investimento	17 (b)	(139)	
Recebimentos das vendas de investimentos	17 (b)	8.527	2.288
Adições ao imobilizado	18	(88.044)	(56.470)
Adições ao intangível		(15.372)	
Dividendos recebidos	17 (b)	10.948	26.432
Caixa e equivalentes de caixa de controladas incluídas e excluídas na consolidação, líquido			(268)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(84.080)	(28.018)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Partes relacionadas			
Recursos liberados		(119.527)	(49.270)
Recursos recebidos		38.058	75.848
Dívida de curto e longo prazos, líquida			
Captações de empréstimos e financiamentos	20 (c)	40.909	13.350
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	20 (c)	(73.074)	(127.210)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	20 (c)	(8.473)	
Pagamentos de arrendamento	24	(5.214)	(11.490)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(127.321)	(98.772)
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa		241.788	(143.298)
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas		(348.657)	(69.730)
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas		(9.038)	(12.762)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		791.495	873.987
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		433.800	791.495

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A OEC S.A. (“OECSA” ou a “Companhia”), é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo Novonor”), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a Odebrecht Holdco Finance Limited (“ODB Holdco”) e indireta a Odebrecht Engenharia e Construção S.A. (“Odebrecht Engenharia”). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 – Parque da Cidade – Chácara Santo Antonio, São Paulo.

A Companhia é controladora direta da CNO S.A. (“CNO”), OECI S.A. (“OECI”), OENGER S.A. (“OENGER”), Tenenge Engenharia Ltda. (“Tenenge”), Odebrecht Overseas Limited (“OOL”) e OEC Finance Limited (“OEC Finance”).

A Companhia tem por objeto social, principalmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de locação e compra e venda de equipamentos, importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção.

Por meio de sucursais e subsidiárias de suas controladas, a Companhia possui atuação direta em diversos países, sendo os principais: Brasil, Angola, Estados Unidos da América (“EUA”) e Peru.

No segmento de construção civil pesada, as principais controladas diretas da Companhia são CNO, OECI e Tenenge e indireta CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”), as quais desenvolvem projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, refinarias, assim como outros projetos industriais e de infraestrutura.

As principais obras atualmente em execução por meio das controladas e coligadas no Brasil são: Projeto Submarino, Usina Termelétrica Santa Cruz, Unidades de Saúde BH, Projeto Eurofarma, BRT Transbrasil, UHE Ilha dos Pombos, Rodovia dos Minérios, Canal Adutor do Sertão Alagoano, BRT Transoeste, Sistema de Abastecimento de Água Montes Claros e Terminal Gás Sul Babitonga, além de contratos de prestação de serviços em plantas industriais.

No exterior, os principais projetos em atividade são: Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca, Terminal Oceanico Barra do Dande e Projeto Refinaria de Cabinda (Angola), Manutenção das IIRSAS Norte e Sul (Peru) e Rodovia do Corredor Leste (Gana).

As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 14 de abril de 2023.

(a) Continuidade (*Going Concern*)

A Companhia e suas controladas têm como segmento operacional a construção civil pesada em projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termoelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, refinarias, entre outros projetos industriais e infraestrutura para clientes públicos e privados, tendo como principal fonte de recursos a geração de caixa destes projetos.

OEC S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Diante de eventos ocorridos ao longo dos últimos anos, a Companhia foi fortemente impactada no que tange aos fatores: (i) impactado social e econômico pela pandemia do COVID-19, com retração das economias, decorrente principalmente das medidas tomadas pelos governos e retração de investidores privados, como postergação de licitações e investimentos devido à escassez de recursos e dificuldades na obtenção de crédito para financiar grandes projetos, redução da disponibilidade de recursos públicos para investimentos em função de vultuosos gastos com pacotes de estímulos a economia, redução da arrecadação tributária e conseqüentemente déficits primários, aumentando o endividamento público e aumento do desemprego e falência de pequenos empresários; (ii) a identificação da necessidade de constituir provisões para redução ao valor recuperável (*impairment*) sobre créditos mantidos nas controladas da Companhia, com empresas do grupo Novonor em recuperação judicial; (iii) provisões referente aos ativos líquidos da Companhia com o Estado Venezuelano; e (iv) o reconhecimento dos Bonds em função da reestruturação da dívida da Novonor Finance Limited ("NFL") que era garantida pela Companhia.

De modo a mitigar os impactos no caixa da Companhia e suas controladas, a administração implementou diversas ações, a saber: i) Desde 2019 a Companhia vem em um processo de reestruturação geográfica, com foco de atuação nos países com potencial de contratação de obras para a Companhia e suas controladas; ii) a partir de 2016 a Companhia vem fortalecendo a Governança, com a formação do Conselho de Administração, Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (com a participação de conselheiros independentes); iii) criação da área de Auditoria Interna e Controles Internos nos anos de 2018 e 2019 respectivamente; iv) criação do Programa de Integridade em 2016, objetivando endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente na tarefa empresarial, v) reestruturação administrativa, adequando o tamanho das equipes de apoio ao novo porte da Companhia, vi) venda de ativos e créditos antigos para garantir a liquidez da Companhia, vii) reestruturação das dívidas de curto prazo e fornecedores; viii) renegociação dos termos e condições das garantias prestadas aos Bonds NFL (concluído em 2021); e ix) manutenção da produção para os contratos em carteira.

Dessa forma, resultante dos eventos citados acima, o Passivo Circulante Consolidado se tornou superior ao Ativo Circulante Consolidado e o Patrimônio Líquido Consolidado se tornou negativo, nos valores R\$ 4.392.675 e R\$ 16.790.099 respectivamente.

Para buscar reverter o cenário descrito acima, a Administração da Companhia aprovou em dezembro de 2022 o Programa de ação 2023 – 2027:

O programa de ação contempla as ações e direcionamentos estratégicos da Companhia bem como seus diferenciais, provendo soluções integrais e sustentáveis em projetos complexos de Engenharia e Construção para infraestrutura e indústrias, com foco nas principais demandas globais, como mobilidade, logística, saneamento, energia renovável, saúde e educação, tendo como principais mercados Angola, Brasil, EUA, Panamá e Peru, desenvolvendo oportunidades seletivas em outros países da África e Latam, conforme segue:

- Adição de backlog - expectativa de conquistas de novos projetos no montante de US\$ 10,2 bilhões até 2027, além de atualmente, contar com um banco de oportunidades de aproximadamente 184 projetos, que somam cerca de US\$19,9 bilhões em possíveis conquistas, com maior intensificação junto a clientes privados.

OEC S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Foco de atuação - a Companhia foca suas operações geograficamente, seletivamente e estrategicamente nos seguintes países: i) Brasil – foco ambivalente nos clientes públicos e privados. A Companhia busca protagonismo nas oportunidades de transição energética, como também busca a parceria em concessões de rodovias, portos, aeroportos, saneamento e mobilidade, além de fortalecer a marca Tenenge que visa a atuação na manutenção de plantas industriais; ii) Angola/África: fortalecimento da atuação no mercado Africano, tendo como base Angola, além do crescimento de oportunidades atreladas as demandas reprimidas localmente; iii) Peru/Panamá: avançar no desenvolvimento de novas oportunidades com clientes público e privado, tendo como premissa o dialogo baseado no histórico de performance e o retorno social, ambiental e econômico que a Companhia gerou nesses países; e iv) EUA: desenvolvimento de parcerias privadas e aumento da atuação geográfica, tendo como princípio o reconhecimento dos projetos da Companhia no país.

- Fortalecimento da Engenharia e Inteligência de Negócio (performance, eficiência e competitividade) - para garantir o sucesso de atuação nos países citados no tópico anterior, a Companhia direciona esforços para: i) fortalecer e modernizar a área de Engenharia, considerando seu papel no diferencial competitivo da Companhia, definindo a estrutura corporativa de apoio e inteligência em engenharia com reforço das estruturas locais; ii) elevar nível de maturidade BIM na Companhia, via adoção em massa nas obras de portfólio, novos estudos e programas de treinamentos; iii) priorizar a manutenção e renovação das certificações técnicas; iv) garantir posição de destaque no processo de transição energética, via estudos, publicações, oportunidades e conquistas; v) fomentar a relação com empresas de Engenharia/Tecnologia e fornecedores para qualificação de ações comerciais de propostas e projetos; e vi) reposicionar a Companhia como protagonista em práticas ESG, aproveitando os avanços em governança e recuperando espaço como empresa diferenciada nas práticas sociais, segurança do trabalho e temas ambientais.

- Efetivação de parcerias estratégicas (créditos, seguros e garantias): Buscar parcerias estratégicas que possam aportar valor a Companhia, tais como i) capital de giro e estudos de mercado; ii) créditos e acessos a garantias para novos projetos; iii) reputação e relacionamento institucional e governamental; iv) complementariedade (projetista e tecnologia), fornecimento de insumos estratégicos, e investidores qualificados para parcerias público/privado e concessões.

Entre os direcionamentos estratégicos citados acima, que visam o crescimento sustentável da operação da Companhia nas geografias que atua, o Plano de Ação (“PA”) também contempla um robusto acompanhamento em relação à equação financeira, que visa o equilíbrio de sua alavancagem financeira, dos gastos administrativos e dos passivos contingentes, conforme segue:

- Higidez financeira: i) renegociação do contas a pagar e dívidas de capital de giro; ii) vendas de investimentos e monetização de recebíveis e créditos fiscais; e iii) otimizar a gestão de caixa oriunda do portfólio atual.

- Resolução e mitigação dos contenciosos e passivos: i) negociação de acordos via o parcelamento de pagamentos; e ii) negociação de acordos de leniência nos países de atuação da Companhia para pagamentos conforme a capacidade financeira local de cada país.

A Companhia considera que a retomada de crescimento é essencial para que possa continuar suas operações. No entanto, caso a combinação dos eventos supra descritos não ocorra, a administração entende que haveria significativas dificuldades na retomada de seu crescimento. As atuais demonstrações financeiras não contemplam eventuais ajustes que resultariam no caso da Companhia e suas controladas estarem impossibilitadas de continuar operando normalmente.

(b) Programa de Integridade

A Companhia e suas controladas possuem compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas da Companhia, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas com o objetivo de proporcionar maior segurança empresarial à Companhia. Novos indicadores e metas de integridade e controles financeiros foram definidos e estão sendo aplicados na avaliação de desempenho dos executivos da Companhia.

O Programa de Integridade da Companhia segue padrões típicos de empresas de capital aberto, com governança exercida por meio de um conselho de administração com participação de no mínimo 20% de conselheiros independentes. Em janeiro de 2023 houve eleição para o CA-OEC e a participação de independentes é de 50%. O acompanhamento e supervisão do programa é realizado continuamente no âmbito do Comitê de Integridade e Auditoria do Conselho de Administração, no qual se requer maioria de conselheiros independentes, sendo coordenado por um destes.

O Programa de Integridade da OEC conta com todos os pilares fundamentais de um programa efetivo de Compliance: (i) independência e autonomia da área de integridade e de auditoria interna; (ii) políticas e diretrizes bem definidas, amplamente comunicadas, com treinamentos recorrentes aos integrantes; (iii) análises regulares de riscos que orientam as ações e concentrações do programa; (iv) processos de due diligence de terceiros e de integrantes regularmente implementados; (v) canais de denúncias disponíveis em todas as operações, com independência e imparcialidade na condução de investigações internas; (vi) monitoramento contínuo de riscos e controles, com indicadores objetivos para mensurar desempenho e efetividade; e (vii) remediações aplicadas quando da constatação de desvios.

Os controles internos implementados na Companhia foram amplamente testados e aprimorados nos últimos 6 anos, incluindo múltiplas instâncias de monitoramento independente. Em novembro de 2020, o Programa de Integridade foi atestado por monitores independentes apontados pelo Departamento de Justiça Americano (DoJ) e pelo Ministério Público Federal do Brasil. Em 2021, passou por novo ciclo de revisão independente no âmbito dos acordos firmados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O relatório entregue pelos monitores aos dois bancos no final de 2021 não só reforçou as conclusões exitosas do monitoramento do acordo com o DoJ, mas também atestou que o Programa de Integridade da OEC atende a todas as diretrizes de Compliance do Banco Mundial e do BID. Em março de 2022 a CGU encerrou o monitoramento ostensivo do Programa de Integridade da OEC, atestando que a Empresa cumpriu com todos os compromissos assumidos em relação à temática de Integridade do Acordo de Leniência firmado com CGU/AGU em 2018.

Pode-se destacar algumas métricas alcançadas em 2022 no Programa de Integridade da OEC: (i) foram analisados 9.502 processos de due diligence de fornecedores; (ii) cumprimentos do Plano Anual de Treinamento aprovado pelo Conselho de Administração atingindo um índice de conclusão de 99% dos treinamentos do grupo meta definido; (iii) 154 relatos recebidos no canal de denúncias foram investigados de maneira independente pela área de Integridade gerando 44 ações de remediação, entre as quais, 15 demissões, 11 advertências verbais ou escritas aplicadas, 04 restrição ao fornecedor, 07 ações de treinamento/ comunicação, 05 melhorias de processo e 02 de cumprimento de obrigações; (iv) no monitoramento contínuo de Compliance, foram abertas 896 ações para teste e verificação de processos, 659 registros de terceiros tiveram seus processos de contratação revisados em relação a requisitos de integridade, 29 processos de contratação ou promoção de integrantes revisados para verificação de atendimento aos requisitos de avaliação de integridade e 274 processos de contratação revisados para averiguação de potenciais conflitos de interesse reportados.

Por fim, vale ressaltar que o Programa Global de Integridade da OEC está certificado na ISO 37001:2017 Sistema de Gestão Antissuborno com validade até abril de 2024, tendo passado por auditoria externa de um organismo certificador internacional credenciado, e, em dezembro de 2022, a Empresa recebeu o selo Infra+ Integridade do Ministério da Infraestrutura, em reconhecimento a adoção de boas práticas de governança, compreendendo integridade, ética, transparência, conformidade, responsabilidade social, sustentabilidade e prevenção à fraude e à corrupção.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro 2021, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme abaixo:

Revisadas e vigentes

- Alteração ao IFRS 3 (CPC 15(R1)), Referência à Estrutura Conceitual – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 16 (CPC 27), Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 (CPC 25), Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

- Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41 (CPC 27(R1), CPC 43(R1), CPC 48, CPC 06(R2) e CPC 29, respectivamente), Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020 – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2022.

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.1.1 Reapresentação para fins de reclassificação de saldos do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

Ativos não circulantes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reclassificou, para fins comparativos, da rubrica de “Outros ativos” para a rubrica de “Ativos não circulantes mantidos para venda” equipamentos localizados no Peru que são parte do plano de venda do país, no montante de R\$36.533.

2.2 Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta os ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação de circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de realização e/ou consumo esperado no curso normal do ciclo operacional, conforme definido CPC 26 (R2)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como ativos e passivos não circulantes, conforme divulgado na nota explicativa 15(a).

2.3 Companhias Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade (incluindo as entidades estruturadas) quando está exposta ou tem direito sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos e as transações entre Companhias, como também os ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas abrangem as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2022:

	Sede (País)	Participação direta no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
CNO	Brasil	97,71	97,53
OECI	Brasil	100,00	100,00
OENGER	Brasil	100,00	100,00
Tenenge	Brasil	100,00	100,00
OEC Finance	Ilhas Cayman	100,00	100,00
OIS	(i) Ilhas Cayman		100,00
Odebrecht Overseas Limited ("OOL")	Bahamas	100,00	100,00
	Sede (País)	Participação indireta no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Belgrávia Serviços e Participações S.A. ("Belgrávia")	Brasil	100,00	100,00
Construtora Norberto Odebrecht - Sucursal Angola	Angola	100,00	100,00
CNO S.A. - Argentina	Argentina	100,00	100,00
CNO S.A. - Bolívia	Bolívia	100,00	100,00
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Costa Rica	Costa Rica	100,00	100,00
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Emirados Árabes	Emirados Árabes	100,00	100,00
CNO S.A. - Equador	Equador	100,00	100,00
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Gana	Gana	100,00	100,00
CNO S.A. - Guatemala	Guatemala	100,00	100,00
CNO S.A. - México	México	100,00	100,00
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Moçambique	Moçambique	100,00	100,00
CNO S.A. - Panamá	Panamá	100,00	100,00
CNO S.A. - Peru ("CNO Suc. Peru")	Peru	100,00	100,00
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - República Dominicana	República Dominicana	100,00	100,00
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Uruguai	Uruguai	100,00	100,00
Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Venezuela	Venezuela	100,00	100,00
Libyan Brazilian Construction and Development Company	Líbia	60,00	60,00
Odebrecht de Argentina S.A.	Argentina	100,00	100,00
Odebrecht Industrial, Inc.	EUA	100,00	100,00
Bento Pedroso Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
CBPO	Brasil	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Argentina	Argentina	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Chile	Chile	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Colômbia	Colômbia	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Uruguai	(iii) Uruguai		100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Venezuela	Venezuela	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Panamá	Panamá	100,00	100,00
CBPO Ingeniería de Venezuela C.A.	Venezuela	100,00	100,00
CBPO Overseas Limited.	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Centaurus Investments Limited	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Companhia de Obras e Infra Estrutura	Brasil	100,00	100,00
COI Cuba	Cuba	100,00	100,00
CNODE S.A.	(iv) Equador	100,00	100,00
Constructora Odebrecht Uruguay S.A.	(iii) Uruguai		100,00
COI Overseas, Ltd.	(ii) Ilhas Virgens Britânicas		100,00
Construtora Norberto Odebrecht de Panamá S.A.	Panamá	100,00	100,00
Multitrade S.A.	Brasil	100,00	100,00
CBPO Overseas Sucursal República Dominicana	República Dominicana	100,00	100,00
Odebrecht Industrial Engineering America	EUA	100,00	100,00
Odebrecht Angola Projectos e Serviços Ltda. ("OAL")	Angola	100,00	100,00
Odebrecht Solution Inc.	Bahamas	100,00	100,00
Odebrecht Construction Malta Ltd.	Malta	100,00	100,00
OEC USA, Inc.	(v) EUA	100,00	100,00
Odebrecht Engineering & Construction Ltd.	Malta	100,00	100,00
Odebrecht Ingeniería y Construcción de España, S.L.	Espanha	100,00	100,00
Odebrecht Ingeniería y Construcción Internacional de México, S de RL de CV.	México	100,00	100,00
Odebrecht Investimentos em Concessões Ferroviárias, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00	100,00
Odb, Investimentos em Concessões Rodoviárias, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00	100,00

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sede (País)	Participação indireta no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Tenenge Limited	Inglaterra	100,00	100,00
Odebrecht Peru Ingeniería y Construcción S.A.C. ("OPIC")	Peru	100,00	100,00
OSEL - Odebrecht Serviços no Exterior Ltd.	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Tenenge (UK) Ltd.	Inglaterra	100,00	100,00
Tenenge Overseas Corporation	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Concesionaria Madden Colon	Panamá	100,00	100,00
Odebrecht Global Sourcing South Africa	África do Sul	100,00	100,00
HG Market Group Corp	Barbados	100,00	100,00
OEC Peru Infraestructura S.A.C.	Peru	100,00	100,00
OCEP S.A.	Brasil	100,00	100,00
Odebrecht Servicios Integrales de México, S de RL de CV.	México	100,00	100,00
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. - Bolívia	Bolívia	100,00	100,00
OECI Ghana Limited	Gana	100,00	100,00
CBPO Colombia SAS	(iii) Colômbia		100,00
OEC Services S.à r.l	Luxemburgo	100,00	100,00
OECI S.A. - Sucursal Colombia	Colômbia	100,00	100,00
OECI S.A. - Republica Dominicana	República Dominicana	100,00	100,00
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. - Moçambique	Moçambique	100,00	100,00
CBPO Ingeniería y Construcción de México S.A. de C.V.	México	100,00	100,00
OEC Guyana Inc.	Guiana	100,00	100,00
OECI Angola	Angola	100,00	100,00
CBPO Ecuador	Equador	100,00	100,00

(i) Em janeiro de 2022 foi incorporado o acervo líquido da OIS pela OOL, que passou a ser investimento direto da Companhia.

(ii) Em janeiro de 2022 foi incorporado o acervo líquido da COI Overseas Ltd. pela CNO.

(iii) Empresas encerradas em 2022.

(iv) Em 18 de outubro de 2022, ocorreu a alteração da denominação da Constructora Norberto Odebrecht del Ecuador S.A. para CNODE S.A.

(v) Em 2022, ocorreu a alteração da denominação da Odebrecht Construction, Inc. para OEC USA, Inc.

(ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Empreendimentos controlados em conjunto (ou joint venture) são negócios em conjunto segundo o qual as partes integrantes, incluindo a Companhia, detêm o controle conjunto do negócio e têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os investimentos da Companhia em coligadas e na *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada ou da *joint venture* a partir da data de aquisição. O ágio relativo à coligada ou *joint venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da coligada ou *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada ou na *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada ou *joint venture* são eliminados em proporção à participação na coligada ou *joint venture*.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento em sua coligada ou *joint venture*. A Companhia determina, em cada fechamento, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada ou *joint venture* e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a *joint venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas na consolidação são preparadas em reais (R\$), sendo mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

(b) Transações e saldos

Exceto para Argentina, que opera em ambiente hiperinflacionário, as operações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados. As operações da Argentina são atualizadas monetariamente e convertidas pelas taxas de câmbio do final do exercício.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica de "Resultado financeiro".

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As taxas de câmbio utilizadas para as conversões das transações e saldos em outras moedas, das principais sucursais e subsidiárias da Companhia, foram as taxas oficiais, conforme abaixo:

País	Moeda	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Angola	Dólar Norte-americano	5,2177	5,5805
Argentina	Peso Argentino	0,0296	0,0544
Colômbia	Peso Colombiano	0,0011	0,0014
Cuba	Peso Cubano	0,2174	0,2325
EUA	Dólar Norte-americano	5,2177	5,5805
México	Peso Mexicano	0,2667	0,2730
Panamá	Balboa	5,2177	5,5805
Peru	Novo Sol	1,3783	1,4013
Portugal	Euro	5,5694	6,3210
República Dominicana	Pesos Dominicanos	0,0933	0,0981

Em relação as controladas da Companhia na Venezuela, a Administração, conforme definições descritas no CPC 02 (R2), entendeu que as transações, eventos e condições subjacentes da Companhia em relação a sua moeda funcional anterior sofreu uma considerável alteração e, portanto, definiu que a moeda funcional a ser adotada nas controladas da Companhia na Venezuela deve ser o R\$ (Reais), mesma moeda funcional da matriz.

Assim sendo, as controladas da Companhia na Venezuela passaram a adotar o R\$ (reais) como moeda funcional a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo os efeitos dessa alteração registrados de maneira prospectiva nas demonstrações financeiras.

(c) Conversão de balanço de empresas consolidadas

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas consolidadas cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do encerramento do exercício;
- O patrimônio líquido inicial de um exercício corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior, conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o exercício são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrências;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos exercícios;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros resultados abrangentes"; e
- Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as correspondentes diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda resultante da venda.

OEC S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Contabilidade em Economia Hiperinflacionária

As normas brasileiras de contabilidade (CPC 42/IAS 29) – “Contabilidade em Economia Hiperinflacionária”, requerem a preparação de demonstrações financeiras atualizadas por índices de inflação em economias consideradas hiperinflacionárias, o que ocorre com os ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado das entidades da Companhia na Argentina.

As demonstrações financeiras foram atualizadas em conformidade com o IPC (Índice de Preço ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que é publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (“INDEC”).

2.6 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

(i) Revisadas e não vigentes

- Nova Norma IFRS 17 (CPC 50), Contratos de Seguros – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 (CPC 36(R3) e CPC 18(R2)) respectivamente), Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* – vigência não definida.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

- Alteração ao IAS 12 (CPC 32), Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (*“single transaction”*) – vigente a partir de 1ª de janeiro de 2023.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.8 Contas a receber de clientes

Os saldos de contas a receber de clientes estão apresentadas conforme os valores de realização. Estão também incluídos nos saldos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos.

OEC S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzido de perda estimada para créditos de realização duvidosa (*impairment*). Na prática, são reconhecidas na medida em que a contraprestação que é incondicional for devida pelo cliente que resulta em valores faturados, ajustados pela perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, ficam apresentados no ativo não circulante. Adicionalmente, a Companhia também avalia a expectativa de realização dos créditos, conforme detalhado na Nota 7 (i).

2.9 Estoques

Os estoques são compostos por peças e materiais para aplicação nas obras e são valorizados pelo método do custo médio.

Os estoques de imóveis a comercializar, substancialmente localizados em Angola, são avaliados pelo menor valor entre o valor de custo histórico e o seu valor de realização.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

A Companhia e suas controladas consideram em sua provisão para perdas nos estoques os componentes de obras descontinuadas e materiais fora dos parâmetros de qualidade que impedem o uso seguro.

2.10 Contas correntes consorciadas

A Companhia, juntamente com outras empresas, é participante de consórcios para prestação de serviços relacionados ao seu objeto social. Os saldos de contas correntes consorciadas representam o desequilíbrio dos aportes de recursos efetuados aos consórcios. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelo valor líquido de realização.

2.11 Partes relacionadas

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumento contratual "Contrato de Mútuo" e "contrato de conta corrente e gestão de caixa único", firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Novonor. A natureza das operações é de empréstimos de recursos financeiros e poderá ter a incidência de encargos.

2.12 Depósitos judiciais

Os depósitos são apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, ainda que haja a possibilidade de desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas.

2.13 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

2.14 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando (i) seu valor contábil for recuperável por meio de venda; e (ii) quando essa venda for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Os bens do ativo imobilizado e intangível deixam de ser depreciados e/ou amortizados e as participações acionárias em sociedades coligadas, controladas ou em controladas em conjunto deixam de ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial quando classificadas como mantidas para venda.

Uma operação descontinuada é um componente da entidade que foi baixado ou está classificado como mantido para venda e (i) representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; e (iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da revenda.

Operações descontinuadas foram devidamente excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

2.15 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicam os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), relacionados ao reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e de suas respectivas perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros pode ocorrer nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas avaliaram não haver ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

(i) Custo amortizado: tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ativos financeiros da Companhia e suas respectivas classificações são demonstradas na nota 5.

(ii) Baixa (desreconhecimento) dos ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(iii) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (*impairment*)

Conforme CPC 48 (IFRS 9) a Companhia reconhece uma perda de crédito esperada para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As perdas esperadas são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados por uma aproximação da taxa de juros efetiva original.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro inadimplente quando informações internas ou externas indicam que dificilmente receberá os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

Para fins de mensuração os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Custo amortizado: incluindo empréstimos e financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro.

(ii) Baixa (desreconhecimento) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.16 Imobilizado

É composto, substancialmente, por máquinas e equipamentos aplicados nos contratos de construção civil.

Os imobilizados são mensurados pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e pelas perdas por *impairment*, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 18. Os terrenos não são depreciados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia procedeu a revisão da vida útil dos ativos e essa revisão não produziu efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são mensurados pela comparação dos resultados da operação de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.17 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

A Companhia mantém basicamente ativos intangíveis com vida útil definida que são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados quanto à redução ao valor recuperável sempre que houver indicativo. O período de amortização e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados a cada exercício.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa que seja consistente com a função dos ativos intangíveis.

(a) *Software*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

2.18 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas como arrendatárias avaliam no início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas como arrendatárias aplicam uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para os de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem passivos de arrendamento para fazer pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes.

(a) Ativo de direito de uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer remensuração de passivos de arrendamento.

Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

(b) Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem feitos durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera que sejam pagos sob as garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, pois a taxa de juros implícita no arrendamento não é imediatamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos do arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos de arrendamento (ou seja, mudanças nos pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tal pagamento de arrendamento) ou uma mudança na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.19 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

OEC S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do período de relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, conforme descrito na Nota 23.

2.20 Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de impostos sobre a renda, as quais abrangem o imposto sobre a renda devido pelas sucursais/subsidiárias no exterior e, no caso do Brasil, também a contribuição social sobre o lucro líquido, compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto é reconhecido, respectivamente, no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

No Brasil, a Companhia optou pelo regime do Lucro Real Anual que incluem o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), calculados com base no lucro tributável, sendo aplicada a alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceda R\$ 240 para IRPJ e 9% para CSLL e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real, quando existente. O lucro tributável reflete o lucro antes dos impostos ajustado por itens não tributáveis e não dedutíveis (itens temporários e permanentes).

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social, esta última no caso dos investimentos no Brasil, e os ajustes temporários decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, no Brasil, são de 25% para o imposto sobre a renda e de 9% para a contribuição social. As alíquotas nominais nos demais países variam de 21% a 32%.

Impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes" de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - *Income Taxes*).

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente em cada país de atuação no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros dos países, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, se não for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.21 Benefícios a empregados

(a) *Obrigações de aposentadoria*

A Companhia e suas controladas mantêm convênio de adesão com a Vexty, entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas.

A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total atualizado das quotas dos participantes. Nos termos do regulamento do plano de contribuição definida, não se poderá exigir nenhuma contribuição em pagamento por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 10.261 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 9.971).

Tais benefícios são considerados como plano de contribuição definida, em que o risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, para fins de aplicação do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19 – Employee Benefits).

Os benefícios também compreendem: (i) programa de participação nos resultados, que inclui Incentivos de Curto Prazo – ICP e Incentivos de Longo Prazo – ILP; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

2.22 Capital social

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo Capital Social. Este abrange não somente as parcelas entregues pelos acionistas como também os valores obtidos pela Companhia e que, por decisões dos acionistas, foram incorporados ao Capital Social, representando uma espécie de investimento derivado da renúncia a sua distribuição na forma de dividendos.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

2.23 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

2.24 Receitas de Serviços e Vendas

A Companhia e suas controladas registram e mensuram a receita dos serviços que prestam em observância aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), mesmo quando prestados sob um único contrato.

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de premissas, estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro embasadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas e apresentam risco significativo para as demonstrações financeiras, estão contempladas abaixo:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos diferidos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros e outras fontes de receita.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais os prejuízos possam ser utilizados, conforme descrito na Nota 15 (a).

(b) Mensuração do Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

A Companhia e suas controladas usam seu melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa – Contas a Receber

De acordo com o CPC48 – Instrumentos Financeiros, na mensuração da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa a Companhia adotou o critério de abordagem simplificada, tendo em vista que seus recebíveis não contemplam componentes de financiamentos significativos.

OEC S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a mensuração da provisão de perda esperada a Companhia não utilizou uma matriz de provisões por ausência de perdas históricas em suas operações que a levasse a definir um critério de provisão com base nos históricos de perdas. Ao invés disso, a Companhia adotou modelo de matriz geográfica, tendo em vista que o acompanhamento de suas operações está definido geograficamente. Portanto, a cada exercício a Companhia aplica a probabilidade de *Default* de cada país que atua sobre sua exposição de crédito, que representa as contas a receber e direitos a faturar menos os adiantamentos de clientes e passivo de contrato.

Adicionalmente, a Companhia também avalia perdas incorridas oriundas de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do recebível e se esse evento de perda tiver impacto nos fluxos de caixa da Companhia. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A administração da Companhia usa seu melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Historicamente, a Companhia e suas controladas têm recebido esses créditos mantidos junto às referidas entidades, incluindo aqueles atrasados há um ano ou mais e não vem apresentando perdas significativas em sua realização. O recebimento desses valores em atraso pode ocorrer mediante liquidação financeira ou mediante o recebimento de títulos ou outros ativos.

Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, a Companhia e suas controladas costumam receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra ("*down payment*"). Esses adiantamentos são descontados de cada fatura até o final do contrato.

(d) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita nos arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia, como o *rating* de crédito (Nota 23).

(e) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e cujos valores são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (Nota 22).

(f) Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas têm como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção.

A Companhia e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de desempenho separadas para as quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço da transação, a Companhia e suas controladas consideram os efeitos da contraprestação variável, a existência de um componente de financiamento significativo, contraprestação não monetária e contraprestação a pagar ao cliente (se houver).

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas usam o método de porcentagem de conclusão (“POC”) para contabilizar seus contratos de construção. O uso do método POC requer que a Companhia e suas controladas estimem o estágio de execução de cada contrato até a data base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

A aplicação do método POC ocorre em situações em que for avaliado que a receita deva ser reconhecida ao longo do tempo. Neste caso a Companhia e suas controladas transferem o controle do bem ou serviço ao longo do tempo (Nota 26).

(g) Acordos em conjunto

A Companhia e suas controladas detêm controle conjunto em determinados acordos contratuais que exigem consenso entre os participantes do acordo na tomada das decisões que configuram controle.

A avaliação desses acordos, para determinação da existência de controle conjunto, envolve subjetividade e julgamento.

Os acordos contratuais que conferem à Companhia, ou às suas controladas, e aos demais participantes do acordo, direitos aos ativos líquidos das respectivas sociedades de propósitos específicos são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 17).

Os acordos contratuais que representam direitos sobre ativos e obrigações pelos passivos são tratados como operações em conjunto (*joint operations*). Tais ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relacionadas aos seus interesses, são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros e indexadores de preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e no contas a receber.

A gestão de riscos financeiros visa proteger o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas proporcionando acesso a financiamento do seu capital de giro operacional e a programas de investimento. A Companhia não faz uso de *hedge accounting* como instrumento desta gestão.

(a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia, que atua internacionalmente através de suas sucursais, controladas e coligadas está exposta a riscos cambiais uma vez que possui volume significativo de operações no exterior, sendo parte dessas operações expressa em dólares norte-americanos, com alguma exposição às moedas locais, restrita a alguns países específicos.

OEC S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, certos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, captados no exterior, são denominados em moeda estrangeira, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas.

Na análise de viabilidade dos projetos são avaliadas as exposições às moedas dos ativos e passivos e, quando aplicável, são incluídos os custos para contratação de hedge visando a proteção ao risco cambial.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Considerando que a Companhia e suas controladas não têm ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A dívida, em sua maioria denominada em moeda estrangeira, está indexada principalmente a taxas pré-fixadas, com pouca exposição à flutuação das taxas de mercado.

A Companhia e suas controladas analisam sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica, levando em consideração possibilidades de refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges. Com base nessas premissas, a Companhia e suas controladas simulam mudanças razoáveis nas taxas de juros e analisam o impacto sobre os resultados para os passivos que representam as principais posições com juros.

(c) Exposição a riscos de indexadores de preços

Parte considerável dos contratos nos quais a Companhia e suas controladas encontram-se engajadas são contratos a preço fixo. As margens reais de lucro desses contratos podem variar em relação às margens estimadas quando do orçamento de custos no momento da proposição do preço contratual. Tais variações decorrem de: (i) alterações significativas não esperadas no custo dos equipamentos, materiais a serem aplicados ou mão de obra, relacionadas a efeitos inflacionários ou outros inesperados; (ii) dificuldades em obter empréstimos e financiamentos necessários para a execução do contrato ou em obter permissões ou aprovações governamentais; (iii) alterações de projeto resultando em custos inesperados; e/ou (iv) atrasos causados por condições climáticas adversas ou falhas de performance de subempreiteiros e/ou fornecedores contratados.

Com o objetivo de minimizar os riscos de indexadores de preços, os contratos a preço fixo performados pela Companhia e suas controladas têm seus orçamentos revisados periodicamente para incluir as confirmações ou inconsistências verificadas em relação aos valores efetivamente realizados. É prática da Companhia e suas controladas discutir a cobrança de pleitos em relação ao preço contratual, resultando em futuros aditivos contratuais que acrescem valor ao referido preço contratado, em decorrência das variações verificadas. Tais aditivos são registrados contabilmente quando de sua assinatura.

(d) Exposição a riscos de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia e suas controladas buscam manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores investimentos em capital de giro.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno com baixa volatilidade; (ii) buscar pulverização da carteira consolidada, evitando a concentração em poucos títulos, quando possível; e (iii) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

OEC S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para mitigar o risco de inadimplência de clientes, a Companhia e suas controladas têm como mecanismo de proteção a prestação do serviço de engenharia e construção mediante faturamentos periódicos e antecipações dos clientes.

Objetivando reduzir o volume de recebíveis em atraso, a Companhia e suas controladas têm adotado a política de descentralizar a negociação para recebimento no âmbito administrativo junto aos referidos clientes, delegando essa responsabilidade para os níveis administrativos responsáveis pelo acompanhamento de cada contrato. Caso nessas ações administrativas não seja obtido sucesso, a cobrança desses valores ocorrerá pela via judicial.

Além disso, a Companhia e suas controladas têm como prática buscar maior seletividade de clientes, tendo aumentado a participação da receita advinda dos clientes privados ou para clientes do setor público que a Companhia e suas controladas entendem possuir capacidade de geração independente de recursos, e que não são dependentes de orçamentos públicos para liquidar suas obrigações (substancialmente empresas de economia mista), assim como participam em contratos em que os pagamentos são financiados por agências de exportação, agências multilaterais, bancos comerciais, fundos de pensão e investidores privados.

Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, a Companhia e suas controladas costumam receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra ("*down payment*"). Esses adiantamentos são descontados do recebimento de cada fatura até o final do contrato.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia e suas controladas têm como prática trabalhar com instituições de primeira linha e não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico, sempre que possível, ponderando as concentrações de acordo com os preços observados diariamente no mercado.

(e) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria das empresas.

4.2 Gestão de capital

Conforme detalhado na Nota 20 (c), o endividamento bruto da Companhia é de longo prazo e convergente com a expectativa de retomada de porte e liquidez da Companhia, nos próximos anos.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Ativo mensurado a valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2022			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos		325.322	325.322
Investimento de curto prazo	108.478		108.478
Aplicações financeiras		91.959	91.959
Contas correntes com consorciadas		454.451	454.451
Contas a receber, depósitos judiciais e outros ativos	55.071	4.650.322	4.705.393
Ativos não circulante mantidos para venda	334.178		334.178
Partes relacionadas	371.758	1.104.325	1.476.083
	869.485	6.626.379	7.495.864
31 de dezembro de 2022			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		5.109.984	5.109.984
Arrendamento		146.142	146.142
Fornecedores, subempreiteiros e outros passivos		5.079.656	5.079.656
Contas correntes com consorciadas		473.345	473.345
Partes relacionadas		1.612.656	1.612.656
		12.421.783	12.421.783
31 de dezembro de 2021			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos		608.459	608.459
Investimento de curto prazo	183.036		183.036
Aplicações Financeiras		76.174	76.174
Contas correntes com consorciadas		458.243	458.243
Créditos a receber relativo a processo judicial	375.395		375.395
Contas a receber, depósitos judiciais e outros ativos	40.635	4.849.442	4.890.077
Ativos não circulante mantidos para venda	351.446		351.446
Partes relacionadas	193.212	1.225.893	1.419.105
	1.143.724	7.218.211	8.361.935
31 de dezembro de 2021			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		5.114.739	5.114.739
Arrendamento		116.521	116.521
Fornecedores, subempreiteiros e outros passivos		5.523.543	5.523.543
Contas correntes com consorciadas		502.420	502.420
Partes relacionadas		1.603.961	1.603.961
		12.861.184	12.861.184

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Liquidez imediata	204.540	475.973
Caixa países (i)	201.120	239.511
Consórcios (ii)	28.140	76.011
	<u>433.800</u>	<u>791.495</u>

(i) Considera países com eventuais restrições de movimentação/envio de recursos para fora do respectivo país, tais como: judiciais, cambiais e legislações próprias, não estando sujeitos, no entanto, há restrições para uso local.

(ii) Considera caixa de consórcios, na proporção da sua participação, e serão utilizados para as obrigações dos mesmos.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber de clientes e adiantamento recebidos de clientes

Os saldos de contas a receber estão registrados substancialmente em Angola, Brasil, Panamá, Peru e República Dominicana, os quais possuem saldos em aberto de adiantamentos recebidos de clientes, conforme segue:

Principais países	31 de dezembro de 2022						31 de dezembro de 2021							
	Contas a Receber e Direitos a Faturar			Adiantamento de Clientes e Passivos de Contratuais			Contas a Receber e Direitos a Faturar			Adiantamento de Clientes e Passivos de Contratuais				
	Contas a Receber (i)	Direitos a Faturar	PECLD	Total	Adiantamento de Clientes (i) (ii)	Passivos de contratos (i)	Total	Contas a Receber (ii)	Direitos a Faturar	PECLD	Total	Adiantamento de Clientes (i) (ii)	Passivos de contratos (i)	Total
Angola (iii)	822.557	884.008	(231.638)	1.474.927	769.962	2.805.914	3.575.876	893.474	387.256	(239.325)	1.041.405	643.372	2.878.247	3.521.619
Brasil	176.219	1.244.819	(373.517)	1.047.521	255.970	48.834	304.804	264.708	1.030.644	(417.156)	878.196	304.214	1.666.986	471.200
EUA	119.267		(119.267)					127.560		(127.560)			290	290
Panamá	476.243	44.120	(2.599)	517.764	4.055	68.195	72.250	500.348	28.566	(11.658)	517.256	8.630	75.386	84.016
Peru	301.165		(165.605)	135.560	170.179		170.179	385.157		(246.321)	138.836	155.067		155.067
Rep. Dominicana	396.434		(360.003)	36.431		110.775	110.775	248.634	95.651	(236.513)	107.772	107.454	152.236	259.690
Outros (iv)	2.950.369	282.923	(2.932.723)	300.569	4.358.856	1.496	4.360.352	3.191.839	318.115	(2.558.822)	951.132	4.792.488	40.122	4.832.610
	<u>5.242.254</u>	<u>2.455.870</u>	<u>(4.185.352)</u>	<u>3.512.772</u>	<u>5.559.022</u>	<u>3.035.214</u>	<u>8.594.236</u>	<u>5.711.720</u>	<u>1.860.232</u>	<u>(3.937.355)</u>	<u>3.634.597</u>	<u>6.011.225</u>	<u>3.313.267</u>	<u>9.324.492</u>
			Circulante	<u>1.502.035</u>		Circulante	<u>1.634.508</u>			Circulante	<u>1.607.275</u>		Circulante	<u>1.407.212</u>
			Não circulante	<u>2.010.737</u>		Não circulante	<u>6.959.728</u>			Não circulante	<u>2.027.322</u>		Não circulante	<u>7.917.280</u>

(i) Referem-se a adiantamentos de clientes recebidos geralmente quando da assinatura de contratos, para execução de determinadas obras, os quais são honrados com a prestação de serviços prevista contratualmente, durante o prazo de execução estipulado em contrato. Os valores recebidos de clientes superiores às receitas apropriadas também são registrados na rubrica “Adiantamentos recebidos de clientes”, denominado como passivo de contrato, no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra.

(ii) Estão apresentados no contas a receber e adiantamento de clientes, também os saldos com partes relacionadas, respectivamente nos montantes de R\$ 417.238 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 473.212) e R\$ 176.577 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 226.639) conforme nota 14 (b).

(iii) Contempla contas a receber e direitos a faturar de R\$ 217.426 e adiantamentos de clientes e passivos de contrato R\$ 764.739 registrados na BPC, subsidiária direta da OECI (controlada da Companhia) referentes a faturamentos da BPC nas obras em Angola.

(iv) Contempla substancialmente os países Venezuela, Líbia e Argentina.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Brasil	23.609	14.389
Exterior (i)	581.997	237.581
Total	605.606	251.970

(i) Em 31 de dezembro de 2022 os saldos do exterior eram representados substancialmente a adiantamentos a fornecedores de projetos em Angola, Gana e República Dominicana, os quais totalizavam 93% (31 de dezembro de 2021 - 65%).

9 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Ativos - compensáveis						
Antecipação de Imposto de renda	12.053	70.631	82.684	9.818	99.587	109.405
Tributos Indiretos	39.228	326.775	366.003	35.779	253.009	288.788
Impostos retidos na fonte	19.090	1.506	20.596	9.765	3.116	12.881
Outros (i)	222.094	3.502	225.596	211.284	9.531	220.815
	<u>292.465</u>	<u>402.414</u>	<u>694.879</u>	<u>266.646</u>	<u>365.243</u>	<u>631.889</u>
			<u>519.648</u>			<u>466.527</u>
			<u>175.231</u>			<u>165.362</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém registrado em seu ativo o valor de R\$ 123.128 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 151.255) referente a créditos previdenciários, segregado entre circulante no valor de R\$ 27.291 e não circulante no valor de R\$ 95.837. O crédito decorre de ação transitada em julgado com o reconhecimento de não incidência de contribuição previdenciária sobre verbas de natureza indenizatória (aviso prévio indenizado, 1/3 de férias e afastamento em caso de auxílio-doença/acidente).

10 Estoques

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Materiais para aplicação em obras (i)	141.396	178.242
Imóveis negociáveis (ii)	84.979	127.072
Importações e exportações em andamento	8.280	5.476
Estoques em trânsito	3.265	14.662
Adiantamentos a fornecedores	3.591	4.693
	<u>241.511</u>	<u>330.145</u>

(i) Refere-se, substancialmente, a materiais para aplicação nos projetos: Prosub (Brasil), IIRSA Norte e Sul (Peru) Projeto Lauca e Terminal Oceânico da Barra do Dande (Angola).

(ii) Refere-se, substancialmente, a estoques de imóveis à venda em Angola.

OECS.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Contas correntes com consorciadas

A Companhia, juntamente com outras empresas, é participante de consórcios para prestação de serviços relacionados ao seu objeto social. Os saldos de contas correntes consorciadas representam o desequilíbrio dos aportes de recursos efetuados aos consórcios. Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelo valor líquido de realização, conforme segue:

Principais países	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Brasil (i)	240.360	235.672	89.698	92.036
Bahamas	79.445	77.563		
Panamá	74.348	79.518	43.046	46.040
Portugal	16.222	18.021		
Rep. Dominicana	44.076	30.555		
Outros		16.914	340.601	364.344
	<u>454.451</u>	<u>458.243</u>	<u>473.345</u>	<u>502.420</u>

(i) Está contemplado nesta linha, em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 89.022 (31 de dezembro de 2021 – R\$88.652) referente a transação com parte relacionada conforme demonstrado na nota 14 (a).

12 Créditos a receber relativo a processo judicial

Essa rubrica contempla créditos a receber referentes a processo jurídico com decisão final proferida a favor da Companhia, não cabendo mais recursos, o qual consideram ganhos de diversas naturezas, substancialmente representados por ressarcimentos de custos. Em junho de 2022, foi efetuada a reversão do ajuste a valor justo no montante de R\$ 253.988 em função da expectativa de recebimento e ao longo do 2º semestre de 2022 o referido crédito foi recebido integralmente.

13 Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de outros ativos no circulante e não circulante estão pulverizados em diversas naturezas, podendo ser destacados:

i) notas de débitos e faturas emitidas contra empresas do Grupo Novonor no montante de R\$ 338.810 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 340.175), conforme mencionado na Nota 14 (b);

ii) outras contas a receber referentes ao distrato celebrado entre o CEL6 com a Concessionária Move São Paulo S.A., tendo como intervenientes anuentes a Linha Universidade Participações S.A. (“Nova Concessionária”) e a Acciona Construcción S.A., ficando a Nova Concessionária obrigada a pagar ao CEL6 o valor de R\$ 35.068 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 46.075), atribuível a Companhia;

(iii) O montante de R\$ 10.468 (31 de dezembro de 2021 – (R\$ 170.417)) refere-se ao patrimônio da sucursal da CNO na Colômbia. Em 4 de agosto de 2021, a Superintendência proferiu o auto nº 460-009992, decretando a abertura do processo de liquidação judicial da CNO S.A. Sucursal Colômbia (“Sucursal Colômbia”). Em 30 de junho de 2021, decorrente dos efeitos oriundos do processo de liquidação, a Sucursal Colômbia deixou de ser consolidada no balanço da Companhia, em função da perda do controle desse investimento. Em 6 de setembro de 2021, a Administração da Companhia apresentou a Superintendência o balanço patrimonial em base de liquidação. Até a emissão dessas demonstrações financeiras ainda não foi homologada a referida liquidação judicial.

OECS.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Partes relacionadas

(a) Movimentação dos saldos de partes relacionadas e contas correntes consorciadas

		31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Juros	Variação cambial	Reversão (provisão) para perdas	Ajuste a valor presente	31 de dezembro de 2022
Ativo circulante									
Conta corrente com consorciadas									
Novonor Serviços e Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("NSP") (anteriormente denominada OSP)	Partes relacionadas	88.652	370						89.022
Total - Empresas em recuperação judicial (i) (nota 10)									
		88.652	370						89.022
Ativo não circulante									
Sociedades do Grupo Novonor									
Novonor	Controladora	114.374			937	(9.732)	61.271		166.850
Novonor International Corporation ("NVNIC") (anteriormente denominada ODBIC)	Partes relacionadas	48.343			9.862	(3.127)	(8.390)		46.688
Novonor Finance Limited ("NFL") (anteriormente denominada OFL)	Partes relacionadas	782.297				(53.668)	75.926		804.553
Total - Empresas em recuperação judicial (i)									
		945.014			10.799	(66.527)	128.807		1.018.093
Demais empresas consolidadas da NPI (anteriormente denominada OPI) (ii)									
Novonor Properties Investimentos S.A. ("Novonor Properties") - Controladas	Partes relacionadas	17.835	17.540	(48.817)	522	(2.143)	35.103		20.040
Biocom – Cia de Bioenergia de Angola Ltd. - "Biocom" (c)	Partes relacionadas		548						548
Complexo Maracanã Entretenimento S/A	Coligada	193.212	37.926		39.400	(12.772)		113.992	371.758
Consortio Constructor Ductos Del Sur	Partes relacionadas		861						861
Odebrecht Engenharia	Joint venture	18.693	768	(8)		(4.218)			15.235
Outros	Controladora	48.431	214			(124.160)	122.358		46.843
	Partes relacionadas	2.708			3	(6)			2.705
Total - Demais empresas do Grupo									
		280.879	57.857	(48.825)	39.925	(143.299)	157.461	113.992	457.990
		1.225.893	57.857	(48.825)	50.724	(209.826)	286.268	113.992	1.476.083

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Juros	Variação cambial	Transferências / Compensações	31 de dezembro de 2022
Passivo não circulante								
Sociedades do Grupo Novonor								
Novonor	Controladora	156.022		(2.493)				153.529
NVNIC (anteriormente denominada ODBIC)	Partes relacionadas	48.343			1.473	(3.127)		46.689
NSP (anteriormente denominada OSP)	Partes relacionadas	870.950						870.950
Total - Empresas em recuperação judicial (i)		1.075.315		(2.493)	1.473	(3.127)		1.071.168
Demais empresas consolidadas da NPI (anteriormente denominada OPI) (ii)								
Consorcio Constructor Ductos Del Sur	Partes relacionadas	402.651	30.500	(2.588)	6.318	(13.376)		423.505
Consorcio Constructor Chavimochic	Joint venture	45.445	4.008	(3.389)		(7.544)		38.520
Horiens Consultoria e Corretora de Seguros Ltda	Joint venture	1.657	10.961	(11.517)		58		1.159
Horiens Ltda	Partes relacionadas	30.985	18	(868)	677			30.812
Odebrecht Realizações ("OR")	Partes relacionadas	10.737			497	(693)		10.541
Odebrecht Engenharia	Partes relacionadas	6.497						6.497
Outros	Controladora	24.225				207		24.432
	Partes relacionadas	6.449		(246)	(30)	(158)	7	6.022
Total - Demais empresas do Grupo		528.646	45.487	(18.608)	7.462	(21.506)	7	541.488
		1.603.961	45.487	(21.101)	8.935	(24.633)	7	1.612.656

(i) O saldo dos passivos líquidos da Companhia e empresas controladas com Sociedades e outras partes relacionadas do Grupo Novonor em Recuperação Judicial é R\$ 41.085.

(ii) Refere-se a saldos com empresas consolidadas da Novonor Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial ("NPI") anteriormente denominada Odebrecht Participações e Investimentos S.A. – Em recuperação Judicial ("OPI"), que não estão em Recuperação Judicial sendo elas: Concessionária Trasvase Olmos S.A., Odebrecht Latinvest Peru SAC, Odebrecht Latinvest Luxemburgo, Odebrecht Energia Del Peru, Technik Invest SAC, Inversiones en Infraestructura Transportes por Ductos SAC, Odebrecht Latinvest Peru Ductos S.A., Concessionaria IIRSA Norte S.A., Concessionaria Interoceanica Sur Tramo 2 S.A., Concessionaria Interoceanica Sur Tramo 3 S.A., Bairro Novo Empreendimentos S.A. e Concessionaria Chavimochic.

OECS.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras transações com partes relacionadas:

		31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Juros	Provisão para perdas	Ajuste a valor presente	Variação cambial	Transferências	31 de dezembro de 2022
Ativo circulante e não circulante										
Contas a receber										
NSP (anteriormente denominada OSP)	Partes relacionadas	4								4
NPE (Novonor Participações em Engenharia)	Partes relacionadas	271								271
Total - Empresas em recuperação judicial		275								275
Demais empresas controladas da NPI (anteriormente denominada OPI) (iii)	Partes relacionadas	142.553	25.580	(32.619)				894		136.408
Consorcio Construtor Chavimodich - Peru	Joint venture	400						(25)		375
Biocom (c)	Coligada	17.987	652	(599)			14.434	(10.344)		22.130
SPV Andrade Guitierrez Odebrecht Ltd ("SPV")	Coligada	74.097	6.820					(4.713)		76.204
Odebrecht Ambiental Participações	Partes relacionadas	128								128
Novonor Defesa e Tecnologia	Partes relacionadas	123				(28)				95
Braskem S.A. ("Braskem")	Partes relacionadas	4.174	265.841	(261.270)						8.745
Odebrecht Transport S.A. ("OTP") - Investidas	Partes relacionadas	34.811	11.182						(45.993)	
Novonor Properties - Controladas (i)	Partes relacionadas	89.947								89.947
Novonor Energia Investimentos S.A. ("Novonor Energia") - Controladas (ii)	Partes relacionadas	38.292		(25.524)						12.768
OR	Partes relacionadas	23.886								23.886
Odebrecht Engenharia	Controladora	34						(2)		32
Outros - Ativo		46.505	1.044	(1.176)				(128)		46.245
Total - Demais empresas do Grupo		472.937	311.119	(321.188)		(28)	14.434	(14.318)	(45.993)	416.963
Total (Nota 7)		473.212	311.119	(321.188)		(28)	14.434	(14.318)	(45.993)	417.238
Outros ativos										
Novonor	Controladora	1.520	49.600	(1.806)		(47.460)		(82)	424	2.196
NPI (anteriormente denominada OPI)	Partes relacionadas	312	1.709	(629)						1.392
NSP (anteriormente denominada OSP)	Partes relacionadas	837	745	(601)		(12)				969
NPE (Novonor Participações em Engenharia)	Partes relacionadas	200	1.253	(1.290)		(832)			848	178
Novonor Properties	Partes relacionadas	3.281	3.739	(1.622)						5.398
Edifício Odebrecht RJ S.A.	Partes relacionadas	286	3			(199)			182	272
Novonor Energia	Partes relacionadas	14.300	1.332	(950)					(12.081)	2.601
Atvos - Agroindustrial S.A. ("Atvos")	Partes relacionadas	548	294	(138)					(435)	269
Total - Empresas em recuperação judicial (iv)		21.284	58.675	(7.036)		(48.503)		(82)	(11.062)	13.275
Demais empresas controladas da NPI (anteriormente denominada OPI)	Partes relacionadas	20.695	21.480	(9.266)		(682)		(3.620)		28.607
Biocom (c)	Coligada	22.648	67.231	(54.310)			677	(3.323)	18	32.941
Odebrecht Ambiental Participações	Partes relacionadas	4.691	605	(642)		(635)			(635)	3.384
Braskem	Partes relacionadas	1.145	103	(79)						1.169
OTP - Investidas	Partes relacionadas	49.968	1.950	(3.084)	6.846	(10)		(112)	(3.691)	51.867
OR	Partes relacionadas	31.269	2.927	(367)		(103)			71	33.797
Novonor Energia - controladas	Partes relacionadas	79	193	(10.477)					12.716	2.511
Ocyan S.A.	Partes relacionadas	7.318	831	(8.030)		(3)				116
Novonor Defesa e Tecnologia	Partes relacionadas	2.453	550	(598)					(64)	2.341
Odebrecht Engenharia	Controladora	8.835	85	(32)					(571)	8.317
AOT Pipelines S.A.P.I. DE C.V.	Coligada	2.172							(176)	1.996
Sociedade de Desenvolvimento Mineiro ("SDM")	Coligada	166.513	381	(484)				(10.810)		155.600
Concessionária Rio Barra	Partes relacionadas	674		(370)						304
Outros - Ativo	Partes relacionadas	431	1.748	(771)				(2)	(821)	585
Total - Demais empresas do Grupo (iv)		318.891	98.084	(88.510)	6.846	(1.433)	677	(18.614)	7.594	323.535

(i) Refere-se, substancialmente, a Arena Pernambuco.

(ii) Refere-se, substancialmente, a Santo Antonio Energia.

(iii) Refere-se, principalmente, aos saldos com empresas controladas da NPI, que não estão em Recuperação Judicial, sendo elas: Concessionária I Irsa Norte (R\$ 97.202) e Odebrecht Peru Operaciones Y Servicios SAC (R\$ 30.679).

(iv) Conforme mencionado na nota 13, referem-se a notas de débitos e faturas emitidas contra empresas do Grupo Novonor no montante de R\$ 336.810 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 340.175).

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferências	31 de dezembro de 2022
Passivo circulante e não circulante							
Fornecedores							
Novonor	Controladora	11.956	103		(394)		11.665
NSP (anteriormente denominada OSP)	Partes relacionadas	21.571	1.959	(902)			22.628
NPE (Novonor Participações em Engenharia)	Partes relacionadas		20	(20)			
Novonor Properties	Partes relacionadas	42					42
Edifício Odebrecht RJ S.A.	Partes relacionadas	41.860					41.860
Atvos	Partes relacionadas	781	216	(127)			870
Total - Empresas em recuperação judicial (vi)		76.210	2.298	(1.049)	(394)		77.065
Braskem México	Partes relacionadas	1.726	104	(43)	(140)		1.647
Demais empresas consolidadas na NPI (anteriormente denominada OPI)	Partes relacionadas	903			(142)	(761)	
AOT Pipelines S.A.P.I. DE C.V.	Coligada	23.347			(1.893)		21.454
SPV	Coligada	143.270	77.889		(7.494)		213.665
Odebrecht Engenharia	Controladora	8.817			(573)		8.244
Outros - Passivo	Partes relacionadas	1.998	584	(1.300)	(3)		1.279
Total - Demais empresas do Grupo (vi)		180.061	78.577	(1.343)	(10.245)	(761)	246.289
Adiantamentos recebidos de clientes							
Demais empresas controladas da NPI (anteriormente denominada OPI) (v)	Partes relacionadas	155.056	71.881	(54.924)	(2.226)		169.787
Novonor Energia - controladas	Partes relacionadas		6.752				6.752
OTP - Investidas	Partes relacionadas	71.583		(20.974)	(925)	(49.684)	
Outros - passivo	Partes relacionadas		38				38
Total - Demais empresas do Grupo (Nota 7)		226.639	78.671	(75.898)	(3.151)	(49.684)	176.577
Outros passivos							
Novonor	Controladora	242					242
Total - Empresas em recuperação judicial		242					242
OR	Partes relacionadas	5.209					5.209
Demais empresas consolidadas na NPI (anteriormente denominada OPI)	Partes relacionadas	5.658	20.979	(20.793)	(594)		5.250
SDM	Coligada	55.055			(3.579)		51.476
Outros - Passivo	Partes relacionadas	119					119
Total - Demais empresas do Grupo		66.041	20.979	(20.793)	(4.173)		62.054

(v) Refere-se as empresas: Concessionaria Ilrsa Norte e Odebrecht Peru Operaciones y Servicios SAC.

(vi) O total de saldos de fornecedores com partes relacionadas somam R\$ 246.289 - (31 de dezembro de 2021 – R\$ 180.061).

OECS.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Créditos com a Biocom – Companhia de Bioenergia de Angola Ltd.

A Companhia através de suas controladas diretas e indiretas no Brasil e no Exterior, mantém saldos em aberto no balanço nas rubricas de partes relacionadas, contas a receber de clientes e outros ativos circulante e não circulante com a coligada Biocom, oriundos de faturas de exportação de bens e serviços e mútuos efetuados a título de prestações suplementares ocorridos entre os períodos de 2010 até o momento.

Em 19 de agosto de 2022 e 14 de setembro de 2022, a Biocom, juntamente com os bancos locais (Banco Angolano de Investimentos – BAI, Banco de Fomento Angola – BFA e Banco Econômico – BE), assinaram o terceiro aditivo ao contrato de Abertura de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2022 foi mensurado o valor justo dos créditos Biocom com base na estimativa de pagamento da dívida reestruturada. O montante dos Créditos Biocom ajustados a valor presente é de US\$ 81.804 milhões – R\$ 426.829 (US\$ 41,904 milhões – R\$ 233.847 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Remuneração do pessoal chave da administração

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (i)	9.379	4.606	13.985	9.971	4.299	14.270
Remuneração de curto prazo (ii)	155	12	167	108	10	118
Benefícios - Previdência privada	250		250	209		209
	<u>9.784</u>	<u>4.618</u>	<u>14.402</u>	<u>10.288</u>	<u>4.309</u>	<u>14.597</u>

(i) Composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(ii) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, vale refeição e seguro de vida.

Os valores acima representam os pagamentos realizados nos respectivos exercícios.

O pessoal-chave da administração contempla os diretores estatutários da Companhia (“Administradores”).

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o valor total de remuneração dos administradores no montante de R\$ 26.729, referente ao ano-calendário de 2022, que inclui Incentivos de Curto Prazo – ICP e Incentivos de Longo Prazo – ILP.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

(a) Reconhecimento do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Natureza dos créditos	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Prejuízos fiscais	81.655	197.774		
Base de cálculo negativa	15.609	13.006		
	97.264	210.780		
Diferenças temporárias				
Provisões	666.196	667.079	105	684
Variação cambial			529.618	400.118
Ajuste a valor presente	111.906	117.149		209
Entidades governamentais			115.583	115.531
Outros	29.298	100.750	68.139	139.846
	904.664	1.095.758	713.445	656.388

(b) Recuperabilidade dos ativos de imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas apresentaram posição ativa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os saldos ativos são compostos, em sua maioria, por prejuízos fiscais e diferenças temporárias, fundamentados na própria realização dessas diferenças, com base no orçamento de resultados futuros, considerando a avaliação das operações individuais de cada pessoa jurídica e país.

Tal orçamento contempla, principalmente, o "backlog" (carteira de receitas já contratadas possuída pela Companhia e suas controladas), acompanhado das novas contratações previstas para os próximos anos e a disponibilização, para fins de tributação, dos resultados auferidos por subsidiárias localizadas no exterior na data do balanço no qual tenham sido apurados.

16 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

(a) Balanço

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)
Rutas de Lima SAC ("Rutas de Lima") (i)	312.453	314.913
Imobilizado mantido para venda (Peru) (ii)	21.725	36.533
	334.178	351.446

(i) Rutas de Lima – Em 28 de junho de 2016, a Odebrecht Latinvest Peru S.A.C. ("OLI SAC"), alienou 57% do capital social da Rutas de Lima em favor da BIF III Peru Transportation I S.A.C. ("BIF"). Nessa mesma operação a BIF obteve a opção de compra de 25% das ações da Rutas de Lima detidas pela CNO, controlada direta da Companhia. A Companhia continua analisando possibilidades de alienação de sua participação para diversos interessados, juntamente com seu assessor financeiro Itau BBA, contratado única e exclusivamente para este fim.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Imobilizados – A Companhia designou como Ativo não circulante mantido para venda, equipamentos localizados no Peru, conforme plano de vendas, os quais estão mensurados pelo menor valor entre o custo histórico líquido das depreciações e o valor de realização de tais imobilizados. Em dezembro de 2022 o valor registrado na rubrica de ativos não circulantes mantidos para venda é de R\$ 21.725 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 36.533).

(b) Demonstração do resultado do exercício

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
CNO S.A - Sucursal Venezuela (i)	556.839	283.270
CNO S.A - Sucursal Colômbia (iii)	164.265	
CBPO Ingeniería de Venezuela C.A. (i)	2.115	(11.317)
CBPO Ltda. - Sucursal Venezuela (i)	3.033	(3.624)
OEC Serviços de Exportação S.A. ("OEC SE") (ii)		(3.230)
Constructora Norberto Odebrecht de Colombia SAS – In judicial liquidation ("CNOC")		73.365
Vias Nuevas de Lima SAC	1.965	
	728.217	338.464
Lucro líquido do exercício de operações descontinuadas – por ação	1,622	0,754

(i) Refere-se à descontinuidade das operações das sucursais e subsidiária da Companhia na Venezuela, sendo o valor de R\$ 561.987 substancialmente referente a ganhos de variação cambial sobre ativos e passivos em moeda estrangeira e a reversão de provisões.

(ii) Refere-se à descontinuidade das operações atreladas as atividades de importação e exportação efetuadas pela OEC SE, investimento indireto da Companhia, conforme decisão da Administração no mês de setembro de 2021. A investida tinha como objeto social principal, entre outros, o comércio de exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de produtos manufaturados, de bens primários e de quaisquer outras mercadorias, bens e serviços, e sua distribuição nos mercados externo e interno. Com essa decisão de descontinuidade das operações da investida, as atividades antes efetuadas por ela serão efetuadas diretamente por cada obra/projeto.

(iii) Refere-se as operações descontinuadas de CNO S.A. – Sucursal Colômbia substancialmente atreladas a reversão de provisões.

OECS.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Investimentos

(a) Informações sobre as principais coligadas

	31 de dezembro	% de participação da Companhia	Ativos totais	Passivos (Circulantes e Não circulantes)	Patrimônio líquido ajustado (passivo a descoberto)	Receitas	Resultado líquido
NSP Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("NSPInv") (i) (ii)	2022	41,47	3.960.717	11.421.195	(6.344.985)	90.346	(1.115.493)
	2021	41,47	4.645.912	11.300.678	(10.528.571)	92.953	3.873.805
SDM (ii)	2022	50,00	58.536	190.460	(131.924)		365
	2021	50,00	62.608	203.313	(140.707)		732
CTO - Concessionária Travasse Olmos	2022	36,32	388.073	271.803	116.270	161.016	4.993
	2021	36,32	479.658	330.170	149.488	97.305	33.485
Elos Ligações de Alta Velocidade S.A.	2022	13,04	904.098	168.053	736.045		
	2021	13,04	1.025.576	190.732	834.844		
SPV	2022	50,00	(46.501)	(130.722)	84.221	157.734	9.830
	2021	50,00	(19.149)	(98.382)	79.233	119.230	6.295
Kulanda Malls	2022	30,00	114.432	43.070	71.361	4.329	14.027
	2021	30,00	117.930	58.131	59.799	30.632	14.266
Biocom	2022	40,00	3.936.744	6.286.241	(2.349.497)	491.257	(849.645)
	2021	40,00	4.387.030	5.928.658	(1.541.628)	446.265	(883.377)
AOT Pipelines	2022	33,34	41.918	(41.918)	65.195	4.875	(3.719)
	2021	33,34	44.515	(25.679)	70.194	7.897	1.642
Chavimochic	2022	20,00	29.486	3.827	25.659	8.902	(58.449)
	2021	20,00	85.694	(96)	85.790	3	(5.221)
Etileno XXI Holding B.V.	2022	50,00	68.484	282	68.202		(7)
	2021	50,00	74.251	319	73.932		(2)
Etileno XXI Services B.V.	2022	40,00	133.497	2.994	130.503		(1.558)
	2021	40,00	144.003	2.680	141.324		1.668

(i) A NSPInv - em recuperação judicial foi constituída em 29 de maio de 2015. É a uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em São Paulo - SP. A NSPInv possui participação direta nas controladas: NSP (100%), Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. – Em recuperação judicial (82,30%) e Braskem (38,38%).

(ii) Em 31 de dezembro de 2022, esses investimentos possuem passivo a descoberto. Adicionalmente, a participação da Companhia nas perdas acumuladas dessas empresas é superior ao valor contábil do investimento. De acordo com as políticas contábeis relacionadas a prática de registro em coligadas e controladas em conjunto, a Companhia não reconhece como passivo a sua participação nas perdas adicionais oriundas desses investimentos.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos e provisão para passivo a descoberto

Investimentos - Sociedades coligadas	% de participação	País	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Dividendos	Outros ajustes de investidas	Equivalência patrimonial (i)	Ajustes de conversão	Impairment	31 de dezembro de 2022
CTO - Concessionária Trasvase Olmos	36,32	Peru	54.294			(9.919)		1.813	(3.959)		42.229
Etileno XXI Holding B.V.	50,00	Holanda	8.022				1.514	(3)	(946)		8.587
Etileno XXI Services B.V.	40,00	Holanda	40.612				(1.184)	(623)	(1.816)		36.989
Grand Parkway	50,00	EUA	12.786		(7.107)			2.677	(834)		7.522
SPV	50,00	Gana	39.617					4.915	(2.421)		42.111
AOT Pipelines	33,34	México	23.534					(1.240)	(558)		21.736
ELOS - Ligação de Alta Velocidade S.A.	13,04	Portugal	108.897	59					(12.946)		96.010
Kulanda Malls	30,00	Angola	17.939					4.208	(737)		21.410
Chavimochic	20,00	Peru	17.158					(11.690)	(336)	(5.132)	
Outros Investimentos			2.306	80	(2.053)	(1.029)	13.612	(12.330)	(461)		125
			<u>325.165</u>	<u>139</u>	<u>(9.160)</u>	<u>(10.948)</u>	<u>13.942</u>	<u>(12.273)</u>	<u>(25.014)</u>	<u>(5.132)</u>	<u>276.719</u>

Provisão para passivo a descoberto	% de participação	País	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	Dividendos	Outros ajustes de investidas	Equivalência patrimonial (i)	Ajustes de conversão	Impairment	31 de dezembro de 2022
B.SABOR - Bento Pedroso Const. e Lena	50,00	Portugal	(11.553)					(1.863)	1.365		(12.051)
Biocom	40,00	Angola	(616.652)					(339.858)	16.711		(939.799)
Outras provisões para passivo a descoberto			(348)		633			(574)	(58)		(347)
			<u>(628.553)</u>		<u>633</u>			<u>(342.295)</u>	<u>18.018</u>		<u>(952.197)</u>

(i) O resultado da equivalência patrimonial soma (R\$ 354.568).

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos e embarcações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Construções em andamento	Outros	Total
Custo	40.521	449.348	673.774	273.073	135.676	90.727	2.284	402.621	2.068.024
Depreciação/exaustão acumulada		(121.040)	(517.689)	(229.553)	(115.326)	(89.143)		(377.244)	(1.449.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.521	328.308	156.085	43.520	20.350	1.584	2.284	25.377	618.029
Reestruturação societária (i)		(1.581)	(28.675)	(10)	114	6			(30.146)
Aquisições		14.280	7.724	7.325	8.775	5.055	1.516	11.795	56.470
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão	(1.851)	(19.841)	(23.309)	(2.989)	(8.283)	(2.822)	(2)	(27.817)	(86.914)
Transferências		(8)	(89.021)	(4.208)	154	61		56.624	(36.398)
Depreciação/exaustão		(11.312)	(10.574)	(4.233)	(6.615)	(1.310)	(2.284)	(11.352)	(47.680)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	2.553	21.067	29.523	(413)	441	54	22	(1.841)	51.406
Saldo contábil	41.223	330.913	41.753	38.992	14.936	2.628	1.536	52.786	524.767
Custo	41.223	441.711	658.710	236.577	127.070	88.121	1.536	244.786	1.839.734
Depreciação/exaustão acumulada		(110.798)	(616.957)	(197.585)	(112.134)	(85.493)		(192.000)	(1.314.967)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	41.223	330.913	41.753	38.992	14.936	2.628	1.536	52.786	524.767
Taxas anuais de depreciação (%)		4	20	25	10	20		até 10	

(i) Conforme descrito na nota 13 (iii), a CNO Sucursal Colômbia foi desconsolidada, decorrente da perda de controle devido ao início do processo de liquidação judicial.

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos e embarcações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Construções em andamento	Outros	Total
Custo	41.223	441.711	658.710	236.577	127.070	88.121	1.536	244.786	1.839.734
Depreciação/exaustão acumulada		(110.798)	(616.957)	(197.585)	(112.134)	(85.493)		(192.000)	(1.314.967)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	41.223	330.913	41.753	38.992	14.936	2.628	1.536	52.786	524.767
Aquisições		21.172	21.132	7.586	6.243	7.074	509	24.328	88.044
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão		(48.950)	(13.997)	(291)	(569)	598	(1.484)	7.114	(57.579)
Transferências (i)		219	11.119	76	140			(2.069)	9.485
Depreciação/exaustão		(8.812)	(8.450)	(8.288)	(4.997)	(2.031)		(11.874)	(44.452)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	(2.457)	(22.797)	(406)	(557)	(739)	(14)	(2)	(306)	(27.278)
Saldo contábil	38.766	271.745	51.151	37.518	15.014	8.255	559	69.979	492.987
Custo	38.766	372.407	631.763	207.183	120.784	84.834	559	186.822	1.643.118
Depreciação/exaustão acumulada		(100.662)	(580.612)	(169.665)	(105.770)	(76.579)		(116.843)	(1.150.131)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.766	271.745	51.151	37.518	15.014	8.255	559	69.979	492.987
Taxas anuais de depreciação (%)		4	20	25	10	20		até 10	

(i) Refere-se à transferência para imobilizado de equipamentos que estavam destinados a venda.

OECS.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Direito de uso

(a) Movimentação de direito de uso

	Arrendamento de edifícios	Arrendamento de máquinas e equipamentos	Arrendamento de veículos e embarcações	Total
Custo	96.327	1.098	467	97.892
Depreciação acumulada	(21.263)	(966)	(226)	(22.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75.064	132	241	75.437
Adições	11.540		52	11.592
Baixas	(4.352)			(4.352)
<i>Impairment</i>	(31.159)			(31.159)
Depreciação	(18.131)	(99)	(249)	(18.479)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	76			76
	33.038	33	44	33.115
Custo	69.902	2.010	571	72.483
Depreciação acumulada	(36.864)	(1.977)	(527)	(39.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33.038	33	44	33.115
Taxas anuais de depreciação (%)	4	até 17	5	
	Arrendamento de edifícios	Arrendamento de máquinas e equipamentos	Arrendamento de veículos e embarcações	Total
Custo	69.902	2.010	571	72.483
Depreciação acumulada	(36.864)	(1.977)	(527)	(39.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33.038	33	44	33.115
Adições	21.753		354	22.107
Baixas	(828)			(828)
<i>Impairment</i>	(5.550)			(5.550)
Depreciação	(10.479)	(33)	(378)	(10.890)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	(199)			(199)
	37.735		20	37.755
Custo	84.113	1.098	925	86.136
Depreciação acumulada	(46.378)	(1.098)	(905)	(48.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37.735		20	37.755
Taxas anuais de depreciação (%)	4	até 17	5	

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	País	Moeda	Tipo de operação	Modalidade	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Royal Bank of Scotland	Ilhas Cayman	US\$	Investimento	ECA	Juros pré-fixados de 10,25% + VC	46.131	47.931
Landesbank Baden	Rep. Dominicana	US\$	Investimento	Empréstimo CP	Libor + 2,025% + VC		21.584
Crédito Agrícola Costa Azul	Portugal	€	Operacional	Empréstimo LP	EURIBOR 12M + 2,50%		2.986
Banco Internacional de Crédito	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Libor 6M + 2,00% a.a Spread (21,34%)	12.042	7.095
Banco Millennium Atlântico	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Libor 1M + 2,75% a.a Spread (21,29%)	66.670	59.728
Liberty Mutual Surety	EUA	US\$	Operacional	Empréstimo CP	Juros pré-fixados de 5,35% + VC		2.936
Novo Banco	Portugal	€	Operacional	Empréstimo LP	EURIBOR a (6M) + Spread 6%	86.475	98.145
Banco do Brasil	Brasil	R\$	Operacional	ACC	Juros pré-fixados de 7,43%	203.428	232.397
Banco Daycoval	Brasil	R\$	Investimento	Empréstimo CP	Juros pré-fixados de 19,73%	117	
						414.863	472.802
Legenda:							
					Bonds - OEC Finance (b)	4.695.121	4.641.937
EURIBOR - Euro Interbank Offered Rate	VC - Variação cambial					5.109.984	5.114.739
Libor - London Interbank Offered Rate	US\$ - Dólar Americano						
KWA - Kwanzas (moeda angolana)	€ - Euro				Passivo circulante	453.000	371.672
ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	R\$ - Reais brasileiros				Passivo não circulante	4.656.984	4.743.067

Em 31 de dezembro de 2022, encontravam-se vencidos e contabilmente registrados conforme suas cláusulas contratuais o financiamento junto ao Royal Bank of Scotland (RBS) - R\$ 46.131. Este valor está em negociação junto à instituição financeira de modo a estabelecer as novas condições e prazos para amortização do saldo.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) *Bonds* OEC Finance

Bond	Vencimento	Remuneração	31 de dezembro de 2022	
			US\$	R\$
Bond 2024	2024	Cupom de 7.000% p.a.	46.590	243.093
Bond 2026	2026	Cupom de 5.125% p.a.	85.843	447.903
Bond 2027	2027	Cupom de 6.000% p.a.	62.204	324.562
Bond 2029	2029	Cupom de 4.375% p.a.	300.819	1.569.582
Bond 2033	2033	Cupom de 5.250% p.a.	301.753	1.574.456
Bond 2046	2046	Cupom de 7.125% p.a.	556.513	2.903.717
Bond Perpétuo	Perpétuo	Cupom de 7.500% p.a.	500.150	2.609.632
Custos de transação			(16.094)	(83.973)
AVP - Bonds OEC Finance			(937.933)	(4.893.851)
			<u>899.845</u>	<u>4.695.121</u>

Em 20 de janeiro de 2021, a OEC Finance realizou uma emissão de *Bonds*, que foram trocados pela garantia outrora prestada pela CNO, OECI e Odebrecht Engenharia e Construção, aos bonistas da Novonor Finance Limited ("NFL").

A taxa de desconto considerada para o cálculo do valor presente das Novas Notas foi de 14,8% a qual representa a taxa de juros de títulos de empresas em condições similares a Companhia.

OECS.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2020	Novos Bonds emitidos (i)	Pagamentos de principal	Provisão de juros	Custo de transação	Amortização de custo de transação	Variação cambial	AVP (iii)	Reversão de provisão para garantias (ii)	31 de dezembro de 2021
Brasil	241.409		(41.730)	15.866			16.851			232.396
Portugal	111.365		(11.050)	1.720			(905)			101.130
Angola	54.713	13.350	(15.089)	82			13.767			66.823
EUA	62.255		(59.341)				22			2.936
Ilhas Cayman	43.802			861			3.269			47.932
República Dominicana	18.691						2.894			21.585
Garantia dos Bonds - NFL (anteriormente denominada OFL)	3.859.236						112.800		(3.972.036)	
Bonds - Novas emissões		8.289.838		771.051			382.280			9.443.169
Bonds - Novas emissões (AVP)							(188.887)	(4.515.189)		(4.704.076)
Bonds - Custos de transação					(94.291)	6.743	(9.608)			(97.156)
	<u>4.391.471</u>	<u>8.303.188</u>	<u>(127.210)</u>	<u>789.580</u>	<u>(94.291)</u>	<u>6.743</u>	<u>332.483</u>	<u>(4.515.189)</u>	<u>(3.972.036)</u>	<u>5.114.739</u>

País	31 de dezembro de 2021	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Provisão de juros	Amortização de custo de transação	Variação cambial	AVP	31 de dezembro de 2022
Brasil	232.396	670	(21.002)	(5.381)	12.285		(15.423)		203.545
Portugal	101.130		(2.473)				(12.182)		86.475
Angola	66.823	40.239	(29.233)				883		78.712
EUA	2.936		(2.919)				(17)		
Ilhas Cayman	47.932				1.309		(3.110)		46.131
República Dominicana	21.585		(17.447)	(3.092)			(1.046)		
Bonds - Novas emissões	9.443.169				834.489		(604.713)		9.672.945
Bonds - Novas emissões (AVP)	(4.704.076)						304.903	(494.678)	(4.893.851)
Bonds - Custos de transação	(97.156)					6.794	6.389		(83.973)
	<u>5.114.739</u>	<u>40.909</u>	<u>(73.074)</u>	<u>(8.473)</u>	<u>848.083</u>	<u>6.794</u>	<u>(324.316)</u>	<u>(494.678)</u>	<u>5.109.984</u>

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante de empréstimos e financiamentos classificado como passivo não circulante apresenta a seguinte composição, por ano de vencimento:

Empréstimos		31 de dezembro de 2022		
Bonds				
Cronograma de pagamentos		US\$		R\$
	Principal	Juros	Total	
Ano 2024	45.983	50.515	96.498	503.498
Ano 2025		89.713	89.713	468.097
Ano 2026	85.806	148.368	234.174	1.221.851
Ano 2027	61.345	146.914	208.259	1.086.634
Ano 2028		129.155	129.155	673.892
Ano 2029	298.497	173.994	472.491	2.465.316
Ano 2030 em diante	952.648	2.440.269	3.392.917	17.703.223
Total de principal e juros (i)	1.444.279	3.178.928	4.623.207	24.122.511
(-) Desconto a valor presente	(892.297)	(2.822.281)	(3.714.578)	(19.381.554)
(-) Custos de transação	(16.094)		(16.094)	(83.973)
Saldo total da dívida	<u>535.888</u>	<u>356.647</u>	<u>892.535</u>	<u>4.656.984</u>

(i) Contempla fluxo de pagamento previsto para pagamento de principal e juros até o vencimento da dívida.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Moeda local (Reais)	203.545	232.397
Moeda estrangeira (Dólar)	4.741.252	4.714.388
Moeda estrangeira (Kwanza)	78.712	66.823
Moeda estrangeira (Euro)	86.475	101.131
	<u>5.109.984</u>	<u>5.114.739</u>

(d) Cláusulas específicas

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas possuem cláusulas de *covenants* não financeiros, os quais vem sendo cumpridos a cada exercício de relatório.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Fornecedores e subempreiteiros

					31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	Não vencidas	Vencidas até 90 dias	Vencidas de 91 a 365 dias	Vencidas a mais de 365 dias (i)	Total	Total
Brasil	103.039	76.840	20.520	152.859	353.258	304.727
Exterior (ii)	867.708	364.773	137.700	2.558.832	3.929.013	3.949.865
	<u>970.747</u>	<u>441.613</u>	<u>158.220</u>	<u>2.711.691</u>	<u>4.282.271</u>	<u>4.254.592</u>
				Passivo circulante	<u>4.231.897</u>	<u>4.204.902</u>
				Passivo não circulante	<u>50.374</u>	<u>49.690</u>

A gestão de capital de giro da Companhia é feita de modo a atrelar os pagamentos dos fornecedores ao recebimento dos clientes. Dos montantes vencidos há mais de 365 dias, aproximadamente 70% são devidos a fornecedores na Venezuela e no Peru, e deverão manter o conceito de gestão de capital de giro adotado pela Companhia.

(i) Adicionalmente, desse montante, R\$ 246.289 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 180.061) são saldos com partes relacionadas conforme nota 14 (b).

(ii) A CNO e outras subsidiárias da Companhia foram demandadas em procedimento arbitral, perante a Câmara de Comércio de Lima no Peru relacionado a cobrança de dívida com fornecedor (contraparte) contratado pelo Consórcio Constructor Ductos del Sur ("CCDS"), no âmbito do contrato de EPC para a execução das obras e serviços necessários à implantação do projeto Gasoducto Sur Peruano. Em 23 de maio de 2022 foi emitido o Laudo Arbitral, com *adendum* em 01 de julho de 2022 que condenou as demandadas no valor de aproximadamente US\$ 93 milhões incluindo juros, tendo a contraparte iniciado o procedimento de homologação de decisão estrangeira perante o STJ em 09 de agosto de 2022, o qual está sendo impugnado pela Companhia no exercício de seu direito de defesa. Em 31 de dezembro de 2022 o valor descrito acima está registrado na linha de fornecedores exterior, vencidos há mais de 365 dias.

22 Impostos, taxas, salários e contribuições sociais

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Obrigações trabalhistas		
Brasil	100.152	149.238
Exterior	<u>252.273</u>	<u>314.905</u>
	352.425	464.143
Obrigações tributárias (a)		
Brasil	134.824	123.608
Exterior	<u>399.757</u>	<u>358.859</u>
	534.581	482.467
	<u>887.006</u>	<u>946.610</u>
	Passivo circulante	<u>852.316</u>
	Passivo não circulante	<u>34.690</u>
		<u>917.374</u>
		<u>29.236</u>

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição por natureza das obrigações tributárias:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e IRRF	355.585	342.218
Tributos Indiretos	106.834	35.738
Parcelamentos (i)	58.888	44.810
Encargos com pessoal	282	
Outros	12.992	59.701
	<u>534.581</u>	<u>482.467</u>

(i) Parcelamentos:

A Companhia aderiu a parcelamentos de tributos Federais para quitar débitos de IRPJ, CSLL, IRRF, CPRB, PIS e COFINS (em 60 parcelas) e, parcelamentos nos Municípios de São Paulo e Bertioga para quitação de ISS (em 120 parcelas).

Estes parcelamentos totalizam R\$ 105.936, sendo que até 31 de dezembro de 2022 foram quitados R\$ 54.474. Do saldo remanescente de R\$ 58.888 registrado no passivo, refere-se ao principal o montante de R\$ 51.462 e atualização da Selic acumulada de R\$ 7.426

23 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e acordos com autoridades

As provisões feitas pela Companhia e por suas controladas estão ligadas, principalmente, às discussões existentes nas esferas judiciais e administrativas, sendo segregadas por probabilidade de perda, com base na avaliação dos administradores e de seus assessores jurídicos internos e externos, do seguinte modo:

- **Obrigações Prováveis** – são aquelas em que existe uma obrigação legal (ou não) como consequência de um evento passado, cujos impactos financeiros (i) podem ser apurados de forma confiável e (ii) em que a saída de caixa é provável. Os casos/processos que se enquadram nessa definição recebem tratamento contábil de provisão e com abertura de nota explicativa, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (b)	Acordos (a)	Total	Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (b)	Acordos (a)	Total
Passivo Circulante		467.804	467.804		748.029	748.029
Passivo Não circulante	1.269.887	2.333.104	3.602.991	1.325.484	2.958.201	4.283.685

(a) Acordos de leniência com Autoridades no Brasil e no Exterior

Brasil

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao Grupo Novonor, firmou um acordo de leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), assumindo as responsabilidades previstas no objeto do referido acordo, com exceção da Braskem S.A. Este acordo com o MPF foi firmado no âmbito do acordo global que envolveu autoridades competentes das jurisdições americana e suíça, no qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, comprometeu-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, reajustadas pela taxa SELIC simples. Em 08 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento e passando a Companhia a ser garantidora subsidiária de tais obrigações.

No dia 24 de janeiro de 2022, foi celebrado entre a Novonor, a CNO e o Estado do Rio de Janeiro um Acordo de Leniência, nos termos acima mencionados, no qual Novonor e CNO são coobrigadas ao pagamento no valor de aproximadamente R\$ 330 milhões no prazo de 22 anos, que será substancialmente deduzido do acordo celebrado com o MPF e a diferença será paga no último ano. Com relação aos processos que envolvem o Estado do Rio de Janeiro ("ERJ"), ressalta-se que há no acordo de leniência firmado entre o ERJ e a Companhia ("Acordo RJ") a obrigação do ERJ peticionar nos mencionados processos informando que já houve a indenização do ente lesado pelos fatos relatados pela Companhia no Acordo RJ.

No dia 09 de novembro de 2022, a Companhia e a Novonor celebraram Acordo de Leniência com a Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais ("AGE/MG") e a Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais ("CGE/MG"), com a interveniência do Ministério Público do Estado de Minas Gerais ("MPE/MG"). Além do Acordo de Leniência, foi celebrado um Acordo de Não Persecução Cível entre o MPE/MG e as empresas da Companhia e Novonor, com a interveniência da CGE/MG e AGE/MG. Por força destes acordos, a Companhia se obrigou ao pagamento de R\$ 202 milhões – valor este que será parcialmente deduzido dos R\$ 3.828 milhões estabelecidos no acordo celebrado com o MPF - no prazo de 21 (vinte e um) anos, tendo a Novonor figurado como garantidora do pagamento.

A controlada direta da Companhia, CNO, já assinou diversos acordos de leniência e termos de cessação de conduta com a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e segue em negociação com o CADE para a celebração de outros Termos de Cessação de Conduta. Ademais, a Companhia é parte em processos administrativos em trâmite perante o CADE nos quais investigam-se alegadas condutas anticoncorrenciais. A Companhia exerce seu direito de defesa e terá a oportunidade de levar ao poder judiciário as questões com as quais não esteja de acordo.

- Exterior

Em 04 de setembro de 2019 foi anunciado um acordo com o BID, no qual, foi estipulada a proibição da CNO e algumas de suas subsidiárias integrais, excetuadas as sucursais e subsidiárias na África, de contratar projetos financiados pelo BID até 01 de agosto de 2024, bem como, foi acordado o pagamento de uma contribuição pecuniária no valor de US\$ 50 milhões, iniciando-se a partir de 2024.

No que tange aos acordos de leniência ou instrumentos similares de colaboração firmados com entidades no exterior, a Companhia possui o saldo registrado de R\$ 1.414.777 em 31 de dezembro de 2022, para pagamento das multas previstas nos referidos acordos.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em que pese o comprometimento e a disposição da Companhia e suas controladas em celebrar com autoridades estrangeiras novos acordos de leniência ou instrumentos similares de colaboração, em condições condizentes com a situação da Companhia e suas controladas, até a presente data não foi possível viabilizar a celebração de tais acordos remanescentes. Desta forma, para refletir a expectativa atual em relação a desembolsos futuros, a Companhia efetuou ajustes nas provisões no montante de R\$ 1.071.834, com contrapartida nas rubricas de “outras receitas líquidas” e “operações descontinuadas” nos montantes de R\$ 545.194 e R\$ 526.640 respectivamente, baseado na avaliação de seus assessores jurídicos e pautada nas premissas em relação ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(b) Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Trabalhista	393.754	368.712
Tributário (i)	701.987	688.768
Cível	240.604	273.047
	<u>1.336.345</u>	<u>1.330.527</u>
(-) Depósitos judiciais	<u>(66.458)</u>	<u>(5.043)</u>
	<u>1.269.887</u>	<u>1.325.484</u>

(i) Tributário – A administração tributária do Peru, em decorrência de fiscalizações realizadas nas empresas Odebrecht Perú Ingeniería y Construcción SAC, CNO S.A. - Sucursal Peru, Consórcio Constructor Ductos Del Sur e Consórcio Constructor Chavimochic relacionadas aos impostos sobre a renda e impostos sobre vendas relativos aos exercícios de 2010 a 2016, lavrou autos de infração em montante total de R\$ 435,433 – US\$ 83,453 , atualizado em 31 de dezembro de 2022.

- Obrigações Possíveis – são aquelas em que é mais provável que não ocorra uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, em razão de inexistir uma contingência certa e exigível contra a Companhia. Os casos/processos que se enquadram nessa definição não recebem tratamento contábil de provisão e, dependendo da relevância do mesmo, há abertura de nota explicativa, conforme apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Trabalhista (i)	287.619	332.340
Tributário (ii)	7.109.652	5.515.292
Cível (iii)	8.124.706	6.232.732
Total de passivo contingente	<u>15.521.977</u>	<u>12.080.364</u>

(i) Trabalhista

Há diversas ações de natureza trabalhista ajuizadas contra a Companhia e suas controladas, incluindo consórcios, respondendo cada consorciada pelo equivalente à sua cota parte. As contingências reportadas como “possíveis”, em sua grande maioria, encontram-se em uma fase processual incipiente e que não permite aferir de forma precisa qual será a efetiva condenação, pois, como é de conhecimento público, os reclamantes, muitas vezes, aduzem pedidos excessivos.

(ii) Tributário

• Brasil

As principais contingências da Companhia e suas controladas dizem respeito a cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido em decorrência das regras de tributação de lucros do exterior, bem como a cobrança de IOF sobre transações no âmbito de Contratos de Caixa Único, conforme descrito abaixo:

- Em 21 de dezembro de 2017, a CNO foi intimada da lavratura de auto de infração no montante de R\$ 451.964 para cobrança de IRRF referente ao ano-calendário de 2012. A companhia apresentou Impugnação, a qual foi julgada improcedente em 14 de agosto de 2018, sendo interposto Recurso Voluntário contra a decisão. Em 17 de novembro de 2022 foi retomado o julgamento do recurso, sendo que ainda está pendente a intimação da CNO acerca de seu resultado.
- Já em 17 de outubro de 2018, a CNO foi intimada da lavratura de auto de infração relativo a supostos débitos de IRPJ/CSLL e IRRF, no montante histórico de R\$ 4.146.909 (fevereiro/2021) relacionados à glosa, pela Receita Federal do Brasil, de despesas incorridas pelas Sucursais da CNO no exterior para os anos-calendário de 2012 a 2015. A despeito da natureza das despesas incorridas no exterior, a Companhia entende que carece de fundamentação jurídica as cobranças que estão sendo realizadas, vez que estão em dissonância com a legislação aplicável de cálculo de lucro do exterior.

A defesa desse Auto de Infração foi julgada improcedente em primeira instância, sendo interposto recurso ao qual foi dado parcial provimento para afastar a cobrança de IRRF e seus acessórios, sendo o restante da autuação mantido por voto de qualidade, sendo a empresa formalmente intimada da decisão em março de 2021. No mesmo ato, a Companhia também foi intimada da rejeição de recurso apresentado pela Fazenda Pública à instância superior de julgamento (CSRF), tornando-se definitiva a decisão que afastou a cobrança de IRRF e acessórios. O montante atual do débito passa a ser de R\$ 2.109.418, sendo que o processual atualmente aguarda designação de relator na CSRF para julgamento de Recurso Especial interposto pela empresa sobre essa parcela remanescente.

- Em novembro de 2022 foi lavrado Auto de Infração contra a CNO relacionado a apuração do resultado de investidas no exterior, no valor de R\$ 1.017.793. Desse montante, R\$ 765 milhões se referem a multa de ofício por supostas incorreções em obrigações acessórias, em sua quase totalidade referente a reversão do resultado de controlada na Venezuela que passou a apresentar prejuízo no período. O restante da autuação diz respeito a forma de consolidação dos resultados das investidas no exterior. Foi apresentada impugnação ao Auto de Infração, a qual aguarda julgamento.
- Atualmente, o montante somado de disputas relacionados ao tema de lucros no exterior é de R\$ 4.244.661.
- No que diz respeito às contingências de IOF, as autuações decorrem da equiparação das operações realizadas no âmbito dos Contratos de Conta Corrente Escritural e Caixa Único a mútuos financeiros, segundo entendimento da Receita Federal. As companhias têm sustentado a regularidade de tais operações demonstrando que não possuem natureza jurídica de mútuo, logo, não estariam sujeitas à incidência do IOF. No total, as autuações hoje perfazem o montante R\$ 530.067, sendo que os casos ainda pendem de decisão final administrativa.
- A única disputa no âmbito judicial diz respeito à tese de aplicação de tratados internacionais, no valor de R\$ 24 Milhões. Já há sentença favorável cancelando a integralidade da dívida, e o processo aguarda julgamento em 2ª instância.

Esses casos estão classificados com a probabilidade de perda possível, devido à atual jurisprudência, administrativa e judicial, sobre a matéria.

- México

As principais contingências tributárias da Companhia e suas controladas no México (CNO Sucursal México, Ethylene XXI Contractors e Odebrecht Servicios Integrales de México) dizem respeito a cobrança de Imposto de Renda e IVA sobre receitas não tributadas dos exercícios 2013, 2014 e 2015, decorrentes de operações como remessas de recursos da matriz e contratos de câmbio, além de supostas obrigações trabalhistas (*utilidades*). Atualmente, o montante somado de disputas relacionados ao tema é de R\$ 1.246.340.

As sociedades autuadas apresentaram "*demandas de nulidad*" perante o Tribunal Federal de Justiça Administrativa (TFJA) e seguem aguardando decisão. Apenas uma *demanda de nulidad*, referente a uma autuação no valor de R\$ 80.856, foi julgada improcedente pelo TFJA, em fevereiro de 2022. Contra a referida decisão foi ajuizada uma "Ação de Amparo" e a sociedade autuada poderá evitar embargos de contas, na medida em que obtenha garantia judicial.

A autoridade de auditoria pública e corregedoria do México ("Secretaria de la Función Pública – SFP"), aplicou sanções administrativas para CNO Sucursal México e OICIMEX por supostas irregularidades na execução/cessão do Contrato de Tula II com a Pemex. As sociedades impugnaram as suas respectivas autuações perante tribunais federais e, em junho de 2022, duas das três multas administrativas aplicadas contra sociedades controladas pela Companhia no México foram anuladas, restando pendente apenas o julgamento da impugnação de uma multa no valor R\$ 144.948.

(iii) Cível

- Brasil

A CNO, OECI e a CBPO foram demandadas no bojo de processos que visam a anulação de atos/contratos, o ressarcimento/pagamento de supostos danos causados à administração pública e a aplicação de sanções previstas nas legislações, com destaque para:

- Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo Ministério Público de São Paulo, contra a OECI e outras empresas, relacionada aos contratos de execução da Linha 5 do Metrô. O valor atualizado da ação é de R\$ 3.756.008, sendo que a quota parte relativa à OECI corresponde ao montante aproximado de R\$ 751 milhões. Não obstante a decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a Companhia e os seus assessores acreditam ter sólidos fundamentos para reverter a condenação imposta à OECI, sendo tal entendimento confirmado pela decisão do STJ, que concedeu efeito suspensivo aos recursos especiais apresentados pelas partes;
- Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo Ministério Público de São Paulo, contra a CBPO, CNO e outros, relacionada à execução de serviços de limpeza urbana. Apesar do trânsito em julgado da condenação, o impacto para a CBPO e CNO ainda não é possível precisar, em função da necessidade de liquidação da sentença a partir de parâmetros determinados na condenação que comportam múltiplos cenários de interpretação e que podem ensejar, inclusive, a propositura de ação rescisória pela Companhia;
- Ações pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, contra a CNO, relacionada ao contrato de execução das obras da Linha 4 do Metrô, cujo impacto para a Companhia ainda não é possível precisar, pelo estágio processual incipiente em que se encontram.

OEC S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações

Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Execuções fiscais propostas pelo Estado do Rio de Janeiro decorrentes de condenação administrativa solidária imposta pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro relacionada à existência de um suposto superfaturamento/dano nas obras da linha 4 do metrô/RJ. Até o momento, o Consórcio Construtor Rio Barra e Consórcio Construtor Linha 4 Sul são partes em execuções que totalizam R\$ 52.932, sendo que a CNO participa com o percentual de 33% nesses consórcios. As execuções estão sendo devidamente contestadas.
- Condenação administrativa do Tribunal de Contas da União relacionada a um suposto superfaturamento nas obras de construção da BR163/PA, imposta solidariamente ao Consórcio Construtor BR-163, CNO e outros no montante de R\$278.362, sendo que a quota parte relativa à CNO corresponde ao montante aproximado de R\$ 181.512. O Consórcio e a CNO, apoiado por assessores e pareceristas externos, acreditam ter relevantes fundamentos jurídicos para anular a condenação, tendo ingressado com medida judicial nesse sentido.

Adicionalmente as empresas do grupo OEC são partes em procedimentos arbitrais em curso, que envolvem tanto contingências ativas como passivas, alguns deles em estágio incipiente ou, aguardando a conclusão de tratativas que permitam a solução negociada dos litígios.

Pela própria natureza desses processos e do estágio que se encontram, as pretensões neles deduzidas são manifestamente controvertidas, decorrendo de obrigações celebradas em contratos firmados por empresas do grupo OEC com empresas terceiras, e dependem de decisões dos Tribunais Arbitrais para definição de responsabilidades e, sobretudo, fixação dos valores finais que deverão ser pagos pelas partes, os quais, na maioria dos casos, dependem da realização de provas periciais técnicas e complexas, que envolvem disciplinas de engenharia, contabilidade e economia.

A Companhia contratou escritórios com notória especialização/reconhecimento para representar seus interesses nessas disputas. Com base na atual posição e particularidades desses processos, a Companhia estima contingências passivas de R\$ 98.000 e contingências ativas de R\$ 40.000, todas com prognóstico possível de realização, o que poderia levar a um valor de contingências passivas de R\$ 58.000, após a compensação dos valores ativos.

- Colômbia

A Procuradoria General de La Nación ("PGN") ingressou com ação popular contra a Concessionaria Rutas del Sol ("Rutas del Sol"), suas acionistas OLI Colômbia, CNO (que tem 25,01% de participação na concessionária) e outras acionistas, por alegações de violação a direitos coletivos e danos ao patrimônio público em razão de atos de corrupção relacionados ao contrato de concessão. A decisão de primeira instância condenou os demandados solidariamente a uma indenização no valor de R\$ 771.477. A Companhia apresentou apelação, admitida em fevereiro de 2020 apenas em seu efeito devolutivo, e se encontra aguardando julgamento.

A Superintendência de Indústria e Comércio ("SIC") iniciou investigação antitruste por meio de procedimento administrativo, por suposta prática anticoncorrencial no processo de adjudicação do contrato de concessão de Ruta del Sol, em relação a CNO, NPI, e outras acionistas. Concluída a etapa de instrução, a SIC sancionou todos os investigados e determinou o valor correspondente de R\$ 94.627 para CNO, R\$ 94627 para NPI e um total de R\$ 3.417 para três 3 pessoas físicas. A Companhia e as pessoas físicas apresentaram recursos administrativos, cujos resultados confirmaram a aplicação das sanções. Contra esta última decisão foi apresentada uma "*demandada de nulidad*" na esfera judicial, sem efeito suspensivo até que a demanda de nulidade seja admitida pelo juiz, quando poderá ser atribuído efeito suspensivo.

OEC S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações

Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações referidas anteriormente decorrem de violação de compromissos assumidos pelas autoridades colombianas junto ao Ministério Público Federal Brasileiro no âmbito de procedimentos de cooperação internacional e, muito embora representem um risco elevado para execução de medidas de constrição de patrimônio na Colômbia, a Companhia entende possuir sólidos argumentos para demonstrar a improcedência dos pedidos em outras jurisdições que assegurem condições de ampla defesa e devido processo.

- Venezuela

A C.A Metro de Caracas (CAMETRO) demandou a CNO Sucursal Venezuela, em relação ao Metro Caracas – Viviendas Mariche –, relativamente à execução de fiança sobre adiantamentos recebidos e não amortizados, além de alegado descumprimento contratual, cuja exposição de perda é avaliada em R\$ 198.213. O processo atualmente tramita em primeiro grau de jurisdição.

- Equador

A Contraloría General del Estado (CGE), determinou a aplicação de glosas relacionadas aos contratos executados pela CNO Sucursal Ecuador. A CNO apresentou as medidas judiciais cabíveis para recorrer das decisões da CGE, cujo valor atualizado é de R\$ 85.804. Vale ressaltar que a *Corte Nacional de Justicia* emitiu uma Resolución em 09 de novembro de 2021, de cumprimento obrigatório pelo poder judiciário, determinando que devem ser considerados nulos todos os processos desta natureza que tenham descumprido o prazo legal de 180 dias, contados do início do processo de controle até a notificação das partes sobre o seu resultado. Neste sentido, CNO já obteve alguns resultados favoráveis nos processos em que houve tal descumprimento o que resultou na redução da contingência desde a última posição.

A Empresa Estatal Petróleos del Ecuador – PETROECUADOR, ajuizou ação judicial para dirimir controvérsia acerca da resolução unilateral do contrato por supostos descumprimentos de obrigações da sucursal da CNO no Equador, no âmbito do projeto Poliducto Pascuales Cuenca e cobrança dos danos e prejuízos decorrentes no valor total de R\$ 1.468.151. Vale ressaltar que não foi acolhido o pedido preliminar da CNO de arquivamento da ação por litispendência não obstante a existência ação anterior ajuizada pela CNO, que trata exatamente da mesma matéria, contudo, com o objetivo de anular a rescisão unilateral do contrato e cobrar pelos serviços executados e danos e prejuízos no valor de US\$ 174 milhões. A ação está aguardando decisão sobre o mérito.

- Peru

A Comissão de Defesa da Livre Concorrência do INDECOPI sancionou, em primeira instância administrativa, a CNO e a OPIC com uma multa de 25.350.63 Unidades Impositivas Tributárias (UITs), equivalentes a R\$ 160.728, em 2022, em decorrência de processo administrativo sancionador, por suposta prática anticoncorrencial em licitações públicas promovidas pelo Ministério de Transporte.

A defesa da Companhia se baseia especialmente na existência de Acordo de Leniência no Peru, pelo qual, foram revelados os fatos que deram início a este processo sancionador, com benefícios que impediriam a empresa de ser processada com a utilização das provas por ela apresentadas. Além disso, existe investigação penal em andamento sobre a mesma matéria, que conta com a colaboração eficaz da Companhia, havendo violação ao princípio do non bis in idem. Em dezembro de 2021, a Companhia apresentou recurso administrativo (apelação) ao Tribunal de Defesa da Livre Concorrência, com efeito suspensivo.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Arrendamento

	Brasil	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	115.865	5.003	120.868
Adições	9.313	1.874	11.187
Baixas	(21.138)		(21.138)
Pagamentos	(8.721)	(2.769)	(11.490)
Juros	16.974	801	17.775
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		(681)	(681)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	112.293	4.228	116.521
			Passivo circulante
			22.855
			Passivo não circulante
			93.666
	Brasil	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	112.293	4.228	116.521
Adições	17.325	4.415	21.740
Baixas	(75)		(75)
Pagamentos	(2.955)	(2.259)	(5.214)
Juros	13.666	(180)	13.486
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		(316)	(316)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	140.254	5.888	146.142
			Passivo circulante
			25.269
			Passivo não circulante
			120.873

OEC S.A. e suas controladas
Notas explicativas da administração às demonstrações
Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante do saldo de arrendamento classificado como passivo não circulante apresenta a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2022
2024	8.662
2025	19.789
2026	28.093
2027 em diante	235.565
	<u>292.109</u>
(-) Ajuste a valor presente	(171.236)
	<u>120.873</u>

Como descrito na nota explicativa 2.17(b) a Companhia e suas controladas adotaram como taxa de desconto do passivo de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo. A taxa de desconto considerada para o cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento foi de 14,8% a qual representa a taxa de juros de títulos de empresas em condições similares a Companhia.

25 Outros passivos

(i) Circulante

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos de outros passivos circulantes estão pulverizados em diversas naturezas, sendo substancialmente compostos por provisões contratuais referentes a discussões em andamento com subempreiteiros, consorciadas e clientes relacionados a projetos no Brasil e no Exterior nos montantes de R\$ 419.484 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 521.611).

26 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 448.900, totalmente subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 448.899.790 (31 de dezembro de 2021 - 448.899.790), ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada pela Lei nº 11.638/07 com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Saldo inicial do exercício	348.948	217.887
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas (i)	197.531	51.256
Varição cambial de investidas no exterior (ii)	683.590	143.935
Varição cambial com investimentos liquidados no exterior (iii)	255.967	(64.130)
Saldo final do exercício	<u>1.486.036</u>	<u>348.948</u>

(i) A variação corresponde substancialmente a efeitos inflacionários de controladas da Companhia na Argentina.

(ii) Refere-se à conversão dos saldos das investidas no exterior para a moeda funcional da Companhia.

(iii) Refere-se a alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em "Ajuste acumulado de conversão". Em 2022 ocorreu a realização da variação cambial decorrente da liquidação da operação de partes relacionadas, via a incorporação da COI Over pela CNO.

(c) Resultado por ação

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	74.118	(12.778.020)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares)		
Ações ordinárias	<u>448.900</u>	<u>448.900</u>
Resultado por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias	<u>0,165</u>	<u>(28,465)</u>

27 Receita líquida de serviços e vendas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Receita de serviços		
Mercado interno	1.480.305	1.413.407
Mercado externo	<u>3.254.776</u>	<u>1.513.855</u>
	4.735.081	2.927.262
Receita de vendas		
Mercado interno	38.276	22.018
Mercado externo	<u>57.695</u>	<u>14.832</u>
	95.971	36.850
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	<u>(147.545)</u>	<u>(177.269)</u>
Receita líquida de serviços e vendas	<u>4.683.507</u>	<u>2.786.843</u>

OECS.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Gastos por natureza

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2022			2021		
	Custo dos serviços prestados	Gerais e administrativas e com vendas	Total	Custo dos serviços prestados	Gerais e administrativas e com vendas	Total
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(881.593)	(4.982)	(886.575)	(709.501)	(4.111)	(713.612)
Despesas com pessoal	(855.922)	(392.919)	(1.248.841)	(694.351)	(365.705)	(1.060.056)
Serviços de terceiros (a)	(1.855.304)	(53.391)	(1.908.695)	(823.804)	(63.193)	(886.997)
Depreciação e amortização	(21.726)	(35.627)	(57.353)	(23.077)	(41.445)	(64.522)
Provisão (reversão) para contingências	(54)	(31.644)	(31.698)	(552)	(159.166)	(159.718)
Provisão (reversão) para perda para crédito de liquidação duvidosa	(7.134)	(552.287)	(559.421)	60.593	(197.333)	(136.740)
Depreciação do direito de uso	(2.119)	(8.771)	(10.890)	(2.387)	(16.092)	(18.479)
Gastos administrativos	(270.547)	(274.128)	(544.675)	(217.812)	(259.193)	(477.005)
Outros, líquido	32.695	(18.656)	14.039	(148.055)	75.818	(72.237)
	<u>(3.861.704)</u>	<u>(1.372.405)</u>	<u>(5.234.109)</u>	<u>(2.558.946)</u>	<u>(1.030.420)</u>	<u>(3.589.366)</u>

(a) Composição por natureza dos serviços de terceiros:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2022		2021	
	Custo dos serviços prestados	Gerais e administrativas e com vendas	Custo dos serviços prestados	Gerais e administrativas e com vendas
Subempreiteiros	(1.601.230)	30.356	(653.745)	35.939
Aluguel e manutenção de equipamentos	(125.603)	2.223	(74.780)	4.885
Limpeza e vigilância	(29.022)	(1.849)	(22.796)	(1.354)
Transportes	(41.623)		(30.388)	
Consultoria e Auditoria	(43.668)	(83.194)	(36.797)	(102.663)
Informática e tecnologia	(8.007)		(4.109)	
Outros	(6.151)	(927)	(1.189)	
	<u>(1.855.304)</u>	<u>(53.391)</u>	<u>(823.804)</u>	<u>(63.193)</u>

29 Resultado financeiro, líquido

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Receitas de aplicações financeiras	25.633	14.222
Despesas de variação cambial	(149.967)	(98.168)
Juros de empréstimos e financiamentos (excluindo Bonds)	(28.744)	(26.550)
Juros de arrendamento	(15.354)	(19.061)
Reversão de provisão para garantias		3.972.036
Comissões bancárias	(55.103)	(60.867)
Reversão (provisão) de perdas esperadas de créditos com partes relacionadas (i)	252.939	(20.157.261)
Ajuste a valor presente (excluindo Bonds)	31.941	(59.892)
Perda no reconhecimento inicial dos Bonds		(837.370)
Juros - Bonds	(834.489)	(771.051)
Ajuste a valor presente líquido - Bonds	494.678	4.515.187
Outros, líquido	72.781	295.613
	<u>(205.685)</u>	<u>(13.233.162)</u>

(i) O valor de R\$ 252.939 está atrelado a reversão da provisão para perda esperada de créditos com partes relacionadas, decorrente da variação cambial sobre tais créditos, conforme movimentação apresentada na nota 14, no valor de R\$ 284.003. A diferença de R\$ 31.064 refere-se a ajuste de conversão de balanço registrado no patrimônio líquido.

OEC S.A. e suas controladas
 Notas explicativas da administração às demonstrações
 Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Imposto de renda corrente	(5.532)	2.057
Contribuição social corrente	(1.992)	741
Imposto de renda no exterior (sucursais e subsidiárias) - corrente	(105.507)	(54.099)
	<u>(113.031)</u>	<u>(51.301)</u>
Imposto de renda diferido	(158.244)	140.812
Contribuição social diferida	(56.968)	50.692
Imposto de renda no exterior (sucursais e subsidiárias) - diferido	(49.549)	282.334
	<u>(264.761)</u>	<u>473.838</u>

(a) Imposto de renda no Brasil e exterior

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a despesa com imposto de renda está representada, principalmente, pelos impostos gerados nas operações de Brasil (R\$ 222.735) (31 de dezembro de 2021 – (R\$ 194.301)), Angola R\$ 17.563 (31 de dezembro de 2021 – (R\$ 257.738)), Panamá R\$ 3.683 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 1.812), Peru R\$ 192.502 (31 de dezembro de 2021– R\$ 21.037), Portugal R\$ 23.916 (31 de dezembro de 2021– R\$ 3) e outros países R\$ 351 (31 de dezembro de 2021– R\$ 6.684).

31 Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia estão demonstradas conforme indicado a seguir:

Tipo de garantia oferecida	Modalidade	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
			US\$ mil
	Sociedades do Grupo Novonor (i)	43.608	206.207
	FINAME NSP	184	344
Fiança Corporativa	Empréstimos	193.674	112.878
	Imobilizado	555	109
	Leasing	2.758	3.140
Garantia Bancária	Ação Judicial (<i>Appeal Bond</i>)	35.669	13.062
	Garantia de Execução (<i>Performance Bond</i>)	49.284	52.483
	Adiantamento de Pagamento (<i>Advance Payment Bond</i>)	244.482	214.717
	Garantia de Execução (<i>Performance Bond</i>)	620.248	836.255
Seguro Garantia	Garantia de Execução e Pagamento (<i>Performance And Payment Bond</i>)	29.674	29.674
	Garantia de Manutenção (<i>Maintenance Bond</i>)	516.676	343.092
	Outros	48.509	47.613
		<u>1.785.321</u>	<u>1.859.574</u>

No processo de conquista e na execução de contratos no Brasil e no exterior, a Companhia e suas controladas utilizam seguro-garantia ("*Surety Bond*"), obtido com o apoio da Horiens Consultoria e Corretora de Seguros Ltda, empresa integrante do Grupo, através de alianças estratégicas de longo prazo com seguradoras e corretoras de primeira linha no mercado segurador global.

- (i) Em abril de 2022 a Enseada Indústria Naval S.A. – Em Recuperação Judicial (“ENSEADA”), a Companhia e algumas de suas filiadas celebraram acordo com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e com a PNBV, por meio do qual encerraram, em definitivo, quatro contenciosos contratuais, com quitação mútua de parte a parte, entre os quais está a arbitragem requerida pela PNBV em face da ENSEADA e, na condição de garantidora das obrigações contratuais, a CNO.

Assim, a garantia originalmente prestada pela CNO em favor da ENSEADA foi definitivamente extinta e perdeu a eficácia.

Ainda, em razão do acordo, considerando que a ENSEADA figura como única devedora de valores devidos à Petrobras, a CNO e algumas de suas filiadas assumiram a condição de garantidora de parte da dívida da ENSEADA (US\$ 40.939).

32 Cobertura de seguros (não auditado)

A OEC possui cobertura securitária tanto para a operação nacional como internacional, contratando coberturas de seguro, que incluem Riscos de Engenharia, responsabilidade civil geral, D&O, E&O, transportes nacional e internacional, Riscos Operacionais, entre outras. A Companhia acredita que seu Programa de Seguros é consistente com os padrões aplicados aos mais altos índices de gestão de risco de empresas de construção multinacionais que operam globalmente.

Os Limites Máximos de Indenização (“LMI”), por evento e/ou no agregado, para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia, benchmarks e estudos de cenários de perdas máximas estimadas realizadas por especialistas, são:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Brasil	7.102.378	10.912.629
Exterior	23.546.917	30.516.909
	<u>30.649.295</u>	<u>41.429.538</u>

*Ramos securitários considerados para Ativos / Projetos - Riscos de Engenharia, Riscos Operacionais, Riscos Diversos Equipamentos, Transportes e Frota de automóveis.

**Ramos securitários considerados para Seguros de Responsabilidades - Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Profissional, Responsabilidade Civil Ambiental, Responsabilidade Civil Obras, e D&O e Seguros de Vida.

33 Eventos subsequentes

- Notificação sobre Rutas de Lima

A Concessionária Rutas de Lima SAC recebeu, em 30 de janeiro de 2023, uma notificação em que o poder concedente (Municipalidad Metropolitana de Lima - “MML”) comunica sua decisão de rescisão do Contrato de Concessão do Projeto Vías Nuevas de Lima (“Contrato de Concessão”), por supostas “razões de interesse público”.

A hipótese de terminação indicada na notificação emitida pela MML não surte efeitos antes de 180 dias e requer, nos termos do Contrato de Concessão, o pagamento de uma compensação pelo investimento realizado.

A Concessionária ativou mecanismo contratual de solução de controvérsias, iniciando a etapa de “trato directo” para discutir com a MML os termos de sua decisão de resolução contratual. O Contrato de Concessão prevê que, não havendo acordo nessa etapa, a controvérsia será resolvida em arbitragem. Até a presente data, a MML não se manifestou.

A Companhia está acompanhando e solicitando à Concessionária toda a informação sobre as análises, estratégias e iniciativas relacionadas ao tema, buscando avaliar ações que permitam mitigar riscos e prover solução.

- Decisão do Supremo Tribunal Federal

Em 8 de fevereiro de 2023, foram julgados no Supremo Tribunal Federal os Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) sob o regime de repercussão geral, em que restou definido que decisões judiciais individuais definitivas, ou seja, transitadas em julgado, perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente.

A Companhia avalia que referido julgado não possui efeitos sobre nenhuma das suas obrigações tributárias atuais. No entanto, há potencial contingência em razão da fruição, até dezembro de 2019, de decisão judicial transitada em julgado, ajuizada por associação de classe, na qual foi reconhecida a inconstitucionalidade da Contribuição Social à alíquota de 10% sobre os saldos de FGTS, incidente na hipótese de demissão de empregado sem justa causa, instituída pela Lei Complementar n. 110/2001. A referida Contribuição Social, no entanto, foi extinta a partir de 01 de janeiro de 2020 pela Lei nº 13.932/2019, de modo que não se faz necessário nenhum ajuste nos recolhimentos tributários das empresas quanto a isso. Em uma estimativa preliminar, foi identificada uma possível contingência na ordem de R\$ 9,9 milhões.

* * *